

ÍNDICE

01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	03
02 – Demonstrações Contábeis	08
- Balanço Patrimonial	09
- Demonstração das Variações Patrimoniais	10
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
- Balanço Orçamentário	12
- Balanço Financeiro	13
- Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
03 – Principais Práticas Contábeis	16
04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis	21
4.1 – Disponível	22
4.2 – Bens Imóveis	22
4.3 – Bens Móveis	23
4.4 – Bens Intangíveis	24
4.5 – Títulos e Valores	24
4.6 – Certificados Financeiros do Tesouro – CFT’s	25
4.7 – Direito sobre Concessões	25
4.8 – Royalties de Petróleo a Receber – LP	28
4.9 – Créditos Diversos a Receber	30
4.10 – Royalties do Petróleo a Receber – CP	30
4.11 – Fluxo do FUNDES / FREMF	30
4.12 – Certificados Financeiros do Tesouro – CFT’S PERMUTADOS – CP	31
4.13 – Outros Créditos a Receber	31
4.14 – Recursos a Receber do Estado	32
4.15 – Empréstimos e Financiamentos	32
4.16 – Valores a Receber	33
4.17 – Diversos Responsáveis	33
4.18 – Créditos Intragovernamentais	34

4.19 – Créditos em Cobrança Administrativa	35
4.20 – Créditos por Assunção da Dívida	35
4.21 – Dívida Ativa	36
4.22 – Participações Societárias	38
4.23 – Alienação do BERJ ao BRADESCO	40
4.24 – Outros Investimentos	42
4.25 – Dívida Flutuante	42
4.26 – Restos a Pagar	43
4.27 – Sentenças Judiciais	46
4.28 – Depósitos	47
4.29 – Dívida Fundada Interna e Externa	48
4.30 – Provisões Fiscais e Trabalhistas	48
4.31 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	49
4.32 – Outras Obrigações	49
4.33 – Precatórios – Regime Especial	51
4.34 – Precatórios e Sentenças Judiciais	52
4.35 – Sentenças Judiciais	52
4.36 – Saldo Patrimonial – Mutações do Patrimônio Líquido	53
4.37 – Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial	54
4.38 – Resultado Patrimonial	58
4.39 – Análise dos Quocientes – Demonstrativo das Variações	59
4.40 – Resultado Orçamentário	62
4.41 – Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário	63
4.42 – Resultado da Execução Financeira	66
4.43 – Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro	68
4.44 – Resultados dos Fluxos de Caixa (DFC)	73
05 – Legislação Básica	75
06 – Considerações Finais	79



01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Contadoria Geral do Estado – CGE, órgão central do subsistema de contabilidade do controle interno do poder executivo, apresenta as demonstrações contábeis do exercício de 2011. Este Relatório Técnico (Volume II) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas. As informações contidas nas notas explicativas procuram ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados os regimes de caixa para as receitas orçamentárias e de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução Nº. 750, de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, alterada pela Resolução CFC nº 1.282 de 28.05.2010.

Este Volume inclui os Balanços e Demonstrativos Contábeis pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, apresentados de forma consolidada. Os demais relatórios, em sua maioria são apresentados separadamente por tipo de administração em outros volumes: Administração direta; Autarquias; Fundações; Empresas públicas; Sociedades de economia mista; Fundos; e também o Consolidado. São eles:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO); e
- Balanço Financeiro (BF).
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

De acordo com a Lei nº 4.320/64, art. 101, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, compondo também a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, ambos introduzidos na referida Lei, através da Portaria STN nº 665 de 30 de novembro de 2010.

Na composição dos Balanços e nas devidas Notas Explicativas foram extraídos os valores das transações intragovernamentais.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais. Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:



Balço Patrimonial – demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Ativo – Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potenciais de serviços futuros a unidade.

Passivo – compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.

Patrimônio Líquido – Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do Ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Portanto, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Contas de Compensação – compreende os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle, subsidiando a administração com informações tais como alterações potenciais nos elementos patrimoniais, e ainda, os acordos, as garantias e responsabilidades.

Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos.

Ativo Permanente – Compreendem os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – A demonstração das mutações no patrimônio líquido - DMPL objetiva demonstrar:



- a) o déficit ou superávit patrimonial do período;
- b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente no mesmo;
- c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e
- d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

Balanco Orçamentário – demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurando-se o déficit ou o superávit.

Balanco Financeiro – demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Governo do Estado ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas – parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas e demonstrativos contendo análises horizontais e verticais, percentuais e comparativas, bem como análises gráficas.

Ressaltamos que diversas legislações estão sendo editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Conselho Federal de Contabilidade quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Com o intuito de operacionalizar o processo de convergência, foi publicado em 21 de julho de 2011 o Decreto nº 43.092, instituindo o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio de Janeiro – GTCON/RJ. Desse modo, a CGE vem, na medida do possível, implementando as referidas normas. Os reflexos dessa convergência somente poderão ser observados no Balanço Geral do Estado referente ao exercício financeiro de 2013, em atendimento ao artigo 7º da Portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011.

A equipe CGE fica a disposição de todos para prestar os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Rio de Janeiro no exercício de 2011.



02 – Demonstrações Contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO H DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

Valores em 31/12/2010 e 31/12/2011

ATIVO					PASSIVO				
TÍTULOS	NOTA	31/12/2010	31/12/2011	2011/2010 (%)	TÍTULOS	NOTA	31/12/2010	31/12/2011	2011/2010 (%)
ATIVO FINANCEIRO		6.452.268	8.121.615	25,87	PASSIVO FINANCEIRO	18	4.206.001	4.022.157	(4,37)
DISPONÍVEL	1	6.452.039	8.121.342	25,87	DEPÓSITOS	21	983.909	1.086.910	10,47
CAIXA		180	143	(20,65)	CONSIGNAÇÕES		670.082	675.611	0,83
BANCOS CONTA MOVIMENTO		1.140.534	2.165.431	89,86	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		313.827	411.299	31,06
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		4.253.386	4.353.457	2,35					
REDE ARRECADADORA		469.100	446.260	(4,87)	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		3.222.092	2.935.247	(8,90)
DEPÓSITO A DISP. NO TESOUREO ESTADUAL		30.311	18.842	(37,84)	RESTOS A PAGAR	19	2.965.803	2.677.138	(9,73)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		558.529	117.209	103,61	FORNECEDORES E CREDITORES		1732.822	1807.003	4,28
					PESSOAL A PAGAR		667.844	252.177	(62,24)
REALIZÁVEL		228	273	19,59	ENCARGOS SOC. A REEMPREGADOR		183.515	315.974	72,18
INVESTIMENTOS SEGM. RENDA FIXA - RPPS		11	0	(96,4)	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		27.008	38.535	42,68
RECURSOS NÃO VINCULADOS		218	273	25,24	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		354.614	263.449	(25,7)
					SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR		100	63	(37,34)
					CREDITORES - ENTIDADES E AGENTES		25.711	39.352	53,05
					SENTENÇAS JUDICIAIS	20	230.477	218.695	(5,11)
ATIVO PERMANENTE		92.056.763	109.901.215	19,38	PASSIVO PERMANENTE		189.120.811	204.771.489	8,28
BENS DO ESTADO		10.283.582	11.303.976	9,92	REGIME ESPECIAL - PRECATORIOS	26	3.781.729	3.916.508	3,56
BENS IMÓVEIS	2	8.614.373	9.375.356	8,83	PRECATORIOS TJ - PESSOAL		1563.761	1539.022	(1,58)
BENS MÓVEIS	3	3.398.324	3.716.794	9,37	PRECATORIOS TJ-FORNECED E CREDITORES		933.318	918.755	(2,10)
BENS INTANGÍVEIS	4	4.496	12.364	174,97	PRECATORIOS TRT - PESSOAL		39.067	39.054	(0,03)
(-) DEPRECIÇÃO, AMORTIZ. E EXAUSTÃO		(1733,612)	(1800,537)	3,86	PRECATORIOS TRT - ATUALIZ. MONETARIA		1245,582	1424,678	14,38
CRÉDITOS DO ESTADO		68.083.642	87.926.533	29,14	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	22	55.825.745	59.667.667	6,88
DÍVIDA ATIVA	14	418.298	835.580	99,76	POR CONTRATOS		55.825.745	59.667.667	6,88
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8	1.140.672	135.131	18,47					
TÍTULOS E VALORES	5	54.496.375	70.816.054	29,95	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	22	1.997.669	3.088.255	54,59
RECURSOS A RECEBER DO ESTADO	7	1.992.201	2.853.599	43,24	EM TÍTULOS		2.555	2.877	12,59
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		497	533	7,43	EM CONTRATOS		1.995.114	3.085.379	54,65
RECURSOS VINCULADOS		315.350	317.954	0,83					
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		369	10.236	2.673,58	OUTRAS OBRIGAÇÕES		127.172.382	137.656.121	8,24
VALORES A RECEBER	9	930.879	422.703	(54,59)	PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	23	1220,610	1339,672	9,75
ESTOQUES A REALIZAR		25.027	25.027	-	PROV. MATEMÁTICAS E PREVIDENCIÁRIAS	24	10.593.938	12.993.907	10,31
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	6	6.122.491	8.057.490	31,60	OUTRAS OBRIGAÇÕES	25	13.790.838	12.428.862	(9,88)
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		5.853	6.517	11,34	DESPESAS EXERC. ANTER.-A EXECUTAR		488.390	521,614	6,80
DIVERSOS RESPONSÁVEIS		900.829	1.189.505	32,05	CREDITORES - INTRAGOVERNAMENTAIS		413.829	413.829	-
CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	12	656.774	838.214	27,63	RECEITAS DIFERIDAS		664.778	958.237	44,14
CONTAS A RECEBER		90.761	18.557	30,63					
CRÉDITOS DE TRIB. E CONTRIBUIÇÕES		6.532	4.167	(36,20)	PRECATORIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	26	343.286	442.937	29,03
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		228	261	14,65	PRECATORIOS		2.228	75,813	3.303,25
CREDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	11	980.506	1078.823	10,03	SENTENÇAS JUDICIAIS		341058	367.029	7,61
					ATUALIZACAO MONETARIA DE SENT. JUDICIAIS		-	95	-
VALORES DO ESTADO		13.689.539	10.670.706	(22,05)					
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	15	11.510.633	7.527.767	(28,38)					
ESTOQUES		492.466	582.422	18,27					
INVESTIMENTOS REGIME DE EXEC. ESPECIAL		2.826	2.826	-					
INVESTIMENTOS EM SEGM. IMOVEIS - RPPS		380.758	202.764	(43,80)					
BENS E MATERIAIS EM TRANSITO		-	18.575	-					
PARTICIP. EM FUNDOS E CONDOMÍNIOS		490	473	(3,59)					
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	17	2.322.380	2.334.879	0,54					
(-) PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS		(6)	-	(100,00)					
SOMA DO ATIVO REAL		98.509.031	118.022.830	19,81	SOMA DO PASSIVO REAL		193.326.811	208.793.646	8,00
SALDO PATRIMONIAL	27								
PASSIVO REAL DESCOBERTO		94.817.781	90.770.816	(4,27)					
ATIVO COMPENSADO		49.450.736	55.935.977	13,11	PASSIVO COMPENSADO		49.450.736	55.935.977	13,11
TOTAL GERAL		242.777.548	264.729.623	9,04	TOTAL GERAL		242.777.548	264.729.623	9,04

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64
Valores em 31/12/2010 e 31/12/2011

R\$ Mi

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS				
TÍTULOS	2010	2011	2011/2010 (%)	TÍTULOS	NOTA	2010	2011	2011/2010 (%)
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	55.324.760	62.798.074	13,51	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		50.585.043	56.549.033	11,79
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	48.806.071	55.402.804	13,52	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		49.028.269	54.363.154	10,88
RECEITAS CORRENTES	46.563.869	52.464.140	12,67	DESPESAS CORRENTES		42.509.580	47.777.534	12,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.086.555	32.555.745	11,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		11.397.132	12.513.348	9,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.040.247	1.176.529	13,10	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2.334.211	2.469.236	5,78
RECEITA PATRIMONIAL	8.609.317	10.004.281	16,20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.778.237	32.794.949	13,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	163	138	(15,33)					
RECEITA INDUSTRIAL	214	1.609	651,52					
RECEITA DE SERVIÇOS	344.213	342.248	(0,57)					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.121.300	5.743.360	12,15					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.361.858	2.640.230	11,79					
RECEITAS DE CAPITAL	2.242.202	2.938.663	31,06	DESPESAS DE CAPITAL		6.518.690	6.585.620	1,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.295.237	1.271.501	(1,83)	INVESTIMENTOS		5.165.741	4.715.017	(8,73)
ALIENAÇÃO DE BENS	45.992	534.777	1.062,77	INVERSÕES FINANCEIRAS		125.180	240.053	91,77
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	148.826	180.564	21,33	AMORTIZAÇÃO DÍVIDA		1.227.768	1.630.549	32,81
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	741.949	951.766	28,28					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.199	54	(99,47)					
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DAS DESPESAS DE CAPITAL	6.518.690	7.395.270	13,45	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DAS RECETAS DE CAPITAL		1.556.773	2.185.879	40,41
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.245.693	3.093.313	(4,69)	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		45.086	345.603	666,54
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	520.668	445.601	(14,42)	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		906	5.392	495,35
INCORPORAÇÃO DE EMPREST. E FINANCIAMENTOS	99.358	92.302	(7,10)	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES		-	253.874	-
CUSTOS DE BENS E SERVICOS	-	44.282	-	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		215.752	309.508	43,46
OUTRAS INCORPORACOES DE ATIVOS	-	505	-	OPERAÇÕES DE CREDITO		1.295.030	1.271.501	(1,82)
DESINC. DE PASSIVOS - OPERAÇÕES DE CREDITO	1.196.580	1.580.533	32,09					
DESINC. DE PASSIVOS - CONTRATOS PARC. DIVIDAS	28.091	49.973	77,90					
OUTRAS DESINCORPORACOES DE PASSIVOS	3.098	44	(98,59)					
BENS EM ALMOXARIFADO	-	809.181	-					
BENS A INCORPORAR	1.425.197	878.084	(38,39)					
TITULOS E VALORES	5	400.110	-					
BENS INTANGÍVEIS	-	1.342	-					
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	41.227.767	63.934.823	55,08	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		48.659.057	66.419.658	36,50
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	41.016.678	63.617.404	55,10	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		48.659.057	66.419.658	36,50
INCORPORAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	372.947	406.075	8,88	BAIXA DE BENS IMÓVEIS		3.152.830	2.864.307	(9,15)
INCORPORAÇÕES DE BENS EM ALMOXARIFADO	2.734.831	2.438.437	(10,84)	BAIXA DE BENS EM ALMOXARIFADO		2.870.398	3.392.548	18,19
INCORPOR. DE BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	309.934	377.765	21,89	BAIXA DE BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE		151.968	331.598	118,20
INCORPORAÇÃO DE BENS EM ESTOQUE	6.522	55.215	746,54	BAIXA DE BENS EM ESTOQUE		4.446	2.975	(33,08)
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS A RECEBER	18.878.921	33.148.061	75,58	BAIXA DE BENS, DIREITOS E VALORES FINANCEIROS		15.580.173	21.728.146	39,46
INCORPORAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS	28.755	119.021	313,91	DESVALORIZAÇÃO DE BENS		451	963	113,70
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	65.232	387.924	494,68	OUTRAS BAIXAS DE BENS		-	499	-
INCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA	5.075.495	6.475.237	27,58	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES		7.384	442.374	5.891,14
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITO	1.509.179	2.667.525	76,75	DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES		676.247	2.983.801	341,23
REAVLIAÇÃO DE BENS, TITULOS E VALORES	305.875	553.151	80,84	BAIXA DE OUTROS INVESTIMENTOS		5.806	299.554	5.059,05
ATUALIZAÇÃO MONETARIA	3.770.910	9.930.104	163,33	ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES		8.125.150	11.456.779	41,00
PROVISÃO PARA CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	13.932	419.942	2.914,12	PROVISÃO PARA CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		3.923.127	6.226.843	58,72
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	7.637.700	5.089.851	(33,36)	DEMAIS INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES		4.401.949	3.447.498	(21,68)
BENS A INCORPORAR	74.612	-	(100,00)	BAIXA DE BENS A INCORPORAR		1.311.841	986.390	(24,81)
ATUALIZAÇÃO DE VALORES VINCULADOS	199.680	1.027.033	414,34	INC. DE OBRIGAÇÕES - PROV. MATEMATICAS		8.324.563	12.146.953	45,92
OUTRAS INCORPORACOES DE BENS	-	39.933	-	REPASSE A RECEBER DO RPPS		20.684	-	(100,00)
REPASSES PREVIDENCIARIOS PARA O RPPS	-	120.005	-	CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		4.626	8.479	83,29
INCORPORAÇÃO FINANCEIRA	30	-	(100,00)	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		11.770	16.307	38,55
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	4.392	16.702	280,27	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		85.647	83.644	(2,34)
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	27.654	15.783	(42,93)					
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	75	329.639	-					
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	211.089	317.418	50,37					
VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIA	8.968	2.771	(69,10)					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	181.770	283.285	55,85					
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	18.712	28.787	53,84					
VENDA À PRAZO	1.638	2.575	57,17					
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	96.552.528	126.732.896	31,26	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS		99.244.100	122.968.691	23,91
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL				
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.691.572			RESULTADO DO EXERCÍCIO	29	-	3.764.205	239,85%
TOTAL GERAL	99.244.100	126.732.896	27,70	TOTAL GERAL		99.244.100	126.732.896	27,70

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 665/2010)

Valores em 31/12/2010 e 31/12/2011

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial Exercício Anterior	8.080.379	5.674.954	-	21.112	59.710	(106.003.605)		(92.167.449)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	8.403	-	8.403
Aumento de Capital	23.003	-	-	-	-	-	-	23.003
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(2.691.572)	-	- 2.691.572
Constituição / Reversão de Reservas	-	(38.863)	41.237	16.598	(9.136)	-	-	9.836
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final Exercício Anterior	8.103.382	5.636.090	41.237	37.710	50.574	(108.686.774)	-	(94.817.781)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.115	-	1.115
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.764.205	-	3.764.205
Constituição / Reversão de Reservas	-	278.830	2.815	-	-	-	-	281.645
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final Exercício Atual	8.103.382	5.914.920	44.052	37.710	50.574	(104.921.454)	-	(90.770.815)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BALANÇO ORÇAMENTARIO - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

Valores em 31/12/2010 e 31/12/2011

R\$ Mil

TÍTULOS	NOTA	RECEITA 2010			RECEITA 2011			VARIÇÃO EXECUÇÃO 2011/2010 (%)
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	
RECEITAS CORRENTES		42.006.049	46.563.869	4.557.820	49.054.336	52.464.140	3.409.804	12,67
RECEITA TRIBUTÁRIA		26.867.009	29.086.555	2.219.546	32.340.637	32.555.745	215.108	11,93
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		940.663	1.040.247	99.584	1.258.306	1.176.529	(81.777)	13,10
RECEITA PATRIMONIAL		7.456.361	8.609.317	1.152.956	7.386.361	10.004.281	2.617.920	16,20
RECEITA AGROPECUÁRIA		180	163	(17)	158	138	(20)	(15,33)
RECEITA INDUSTRIAL		1.438	214	(1.224)	10.715	1.609	(9.106)	651,52
RECEITA DE SERVIÇOS		313.254	344.213	30.960	305.773	342.248	36.475	(0,57)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.247.540	5.121.300	(126.240)	6.363.762	5.743.360	(620.401)	12,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.179.604	2.361.858	1.182.255	1.388.624	2.640.230	1.251.606	11,79
RECEITAS DE CAPITAL		3.614.636	2.242.202	(1.372.434)	5.039.071	2.938.663	(2.100.408)	31,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.855.586	1.295.237	(560.349)	2.646.159	1.271.501	(1.374.658)	(1,83)
ALIENAÇÕES DE BENS		100.048	45.992	(54.056)	560.000	534.777	(25.223)	1.062,77
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		138.243	148.826	10.583	151.134	180.564	29.431	21,33
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.520.760	741.949	(778.811)	1.681.779	951.766	(730.013)	28,28
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		-	10.199	10.199	-	54	54	(99,47)
SUB-TOTAL		45.620.685	48.806.071	3.185.385	54.093.407	55.402.804	1.309.396	13,52
DÉFICIT		7.394.375	222.199	(7.172.176)	6.226.659	-	(6.226.659)	-
TOTAL		53.015.060	49.028.269	(3.986.791)	60.320.066	55.402.804	(4.917.262)	-

TÍTULOS	NOTA	DESPESA 2010			DESPESA 2011			VARIÇÃO EXECUÇÃO 2011/2010 (%)
		FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	
CRÉDITOS		53.015.060	49.028.269	(3.986.791)	60.320.066	54.363.154	(5.956.912)	10,88
CRÉDITOS ORÇAMENT. E SUPLEMENTARES		53.015.060	49.028.269	(3.986.791)	60.320.066	54.363.154	(5.956.912)	10,88
CRÉDITOS ESPECIAIS		-	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS		-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		53.015.060	49.028.269	(3.986.791)	60.320.066	54.363.154	(5.956.912)	10,88
SUPERÁVIT	31	-	-	-	-	1.039.650	1.039.650	-
TOTAL		53.015.060	49.028.269	(3.986.791)	60.320.066	55.402.804	(4.917.262)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64
Valores em 31/12/2010 e 31/12/2011

R\$ Mil

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	31/12/2010	31/12/2011	2011/2010 (%)	TÍTULOS	31/12/2010	31/12/2011	2011/2010 (%)
ORÇAMENTÁRIA	48.806.071	55.402.804	13,52	ORÇAMENTÁRIA	49.028.269	54.363.154	10,88
RECEITAS CORRENTES	46.563.869	52.464.140	12,67	Legislativa	853.000	940.283	10,23
Receita Tributária	29.086.555	32.555.745	11,93	Judiciária	2.826.727	2.798.341	(1,00)
Receita de Contribuições	1.040.247	1.176.529	13,10	Essencial à Justiça	1.338.203	1.393.114	4,10
Receita Patrimonial	8.609.317	10.004.281	16,20	Administração	1.406.650	1.548.569	10,09
Receita Agropecuária	163	138	(15,33)	Segurança Pública	3.914.564	4.562.361	16,55
Receita Industrial	214	1.609	651,52	Assistência Social	218.898	265.014	21,07
Receita de Serviços	344.213	342.248	(0,57)	Previdência Social	8.135.835	9.553.554	17,43
Transferências Correntes	5.121.300	5.743.360	12,15	Saúde	3.513.083	3.875.393	10,31
Outras Receitas Correntes	2.361.858	2.640.230	11,79	Trabalho	40.172	25.783	(35,82)
				Educação	6.186.940	6.775.180	9,51
RECEITAS DE CAPITAL	2.242.202	2.938.663	31,06	Cultura	163.590	181.106	10,71
Operações de Crédito	1.295.237	1.271.501	(1,83)	Direitos da Cidadania	220.729	270.873	22,72
Alienação de Bens	45.992	534.777	1.062,77	Urbanismo	1.519.793	1.451.899	(4,47)
Amortização de Empréstimos	148.826	180.564	21,33	Habitação	220.637	224.728	1,85
Transferências de Capital	741.949	951.766	28,28	Saneamento	177.527	239.644	34,99
Outras Receitas de Capital	10.199	54	(99,47)	Gestão Ambiental	597.713	472.447	(20,96)
				Ciência e Tecnologia	195.318	220.574	12,93
				Agricultura	176.490	195.077	10,53
				Organização Agrária	6.312	15.592	147,04
				Indústria	133.073	248.226	86,53
				Comércio e Serviços	236.461	250.711	6,03
				Comunicações	174.131	225.468	29,48
				Transporte	1.788.428	1.957.441	9,45
				Desporto e Lazer	97.955	143.347	46,34
				Encargos Especiais	14.886.042	16.528.429	11,03
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.288.677	10.040.945	8,10	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.533.778	9.411.293	(1,28)
DÍVIDA FLUTUANTE	8.627.302	8.871.280	2,83	DÍVIDA FLUTUANTE	8.194.030	8.844.212	7,93
Consignações	4.814.961	5.472.493	13,66	Consignações	4.787.256	5.472.282	14,31
Depósitos de Diversas Origens	1.284.400	1.305.164	1,62	Depósitos de Diversas Origens	1.214.760	1.233.565	1,55
Credores Entidades e Agentes	27.269	39.922	46,40	Credores Entidades e Agentes	21.802	26.282	20,55
Restos a Pagar - Inscrição	2.420.590	2.019.100	(16,59)	Sentenças Judiciais	51.622	46.164	(10,57)
Serviço da Dívida a Pagar - Inscrição	100	63	(37,34)	Restos a Pagar	2.118.350	2.065.820	(2,48)
Sentenças Judiciais - Inscrição	79.982	34.539	(56,82)	Serviço da Dívida	240	100	(58,35)
OUTRAS OPERAÇÕES	661.375	1.169.665	76,85	OUTRAS OPERAÇÕES	1.339.748	567.081	(57,67)
Atualização de Valores Vinculados	199.680	1.027.033	414,34	Valores pendentes a curto prazo	-	170	-
Transferências de Saldos Financeiros	441.657	62.825	(85,78)	Desvalorização Financeira	6.500	1.524	(76,55)
Recursos Vinculados	-	79.056	-	Recursos Vinculados	176.849	13.326	(92,46)
Repasse a Receber	14.266	-	(100,00)	Recursos vinculados em Conta Corrente	646.054	443.710	(31,32)
Recursos não Vinculados	5.772	223	(96,14)	Recursos não Vinculados	49.352	45.526	(7,75)
Repasse Previdenciários a Receber	-	527	-	Transferências de saldos Financeiros	444.754	62.825	(85,87)
				Receitas Previdenciárias a Classificar	16.070	-	(100,00)
				Arrecadação a Classificação	170	-	(100,00)
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.919.339	6.452.039	(6,75)	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	6.452.039	8.121.342	25,87
Disponível	5.997.846	5.893.510	(1,74)	Disponível	5.893.510	6.984.132	18,51
Caixa	226	180	(20,54)	Caixa	180	143	(20,65)
Bancos Conta Movimento	809.384	1.140.534	40,91	Bancos Conta Movimento	1.140.534	2.165.431	89,86
Aplicações Financeiras	4.878.915	4.253.386	(12,82)	Aplicações Financeiras	4.253.386	4.353.457	2,35
Rede Arrecadadora	298.658	469.100	57,07	Depositos a Dispos. do Tesouro Estadual	30.311	18.842	(37,84)
Depositos a Dispos. do Tesouro Estadual	10.661	30.311	184,32	Rede Arrecadadora	469.100	446.260	(4,87)
Invest. Regimes Proprios de Previdencia	921.494	558.529	(39,39)	Invest. Regimes Proprios de Previdencia	558.529	1.137.209	103,61
Títulos e Fundos de Investimento	921.494	558.529	(39,39)	Títulos e Fundos de Investimento	558.529	1.137.209	103,61
TOTAL GERAL	65.014.087	71.895.788	10,58	TOTAL GERAL	65.014.087	71.895.788	10,58

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 665/2010)
Valores em 31/12/2010 e 31/12/2011

DESCRIÇÃO	NOTA	R\$ MIL		
		31/12/2010	31/12/2011	2011/2010 (%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES				
INGRESSOS		87.556.543	106.078.229	21,15
RECEITAS DERIVADAS		32.488.661	36.372.504	11,95
Receita Tributária		29.086.555	32.555.745	11,93
Receita de Contribuições		1.040.247	1.176.529	13,10
Multas s/Adicional de ICMS		15.154	12.810	(15,47)
Outras Receitas Derivadas		2.228.525	2.600.530	16,69
Cota Parte FUNDEB - Multas s/Rec. Tributárias		118.180	26.890	(77,25)
RECEITAS ORIGINÁRIAS		8.953.908	10.348.276	15,57
Receita Patrimonial		8.609.317	10.004.281	16,20
Receita Agropecuária		163	138	(15,33)
Receita Industrial		214	1.609	651,52
Receita de Serviços		344.213	342.248	(0,57)
TRANSFERÊNCIAS		44.570.493	56.840.887	27,53
Intergovernamentais		5.117.681	5.704.909	11,47
Intragovernamentais		39.449.193	51.097.527	29,53
Outras Transferências Correntes		3.619	38.451	962,57
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		1.543.481	2.516.562	63,04
Outros Depósitos de Terceiros		1.303.603	1.373.899	5,39
Entidades e Agentes Credores		27.269	39.922	46,40
Recursos da Conta "B"		199.680	1.027.033	414,34
Outras Entradas Financeiras		12.929	75.708	485,56
DESEMBOLSOS		84.106.123	100.958.483	20,04
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		24.279.771	27.705.183	14,11
Legislativa		639.087	717.903	12,33
Judiciária		1.851.724	2.058.693	11,18
Essencial à Justiça		938.240	1.041.368	10,99
Administração		1.165.502	1.303.150	11,81
Segurança Pública		2.712.379	3.362.366	23,96
Assistência Social		166.907	199.045	19,26
Previdência Social		6.852.229	7.686.561	12,18
Saúde		2.686.122	3.066.888	14,18
Trabalho		38.762	23.686	(38,89)
Educação		3.520.601	3.862.936	9,72
Cultura		118.248	120.563	1,96
Direitos da Cidadania		151.022	197.618	30,85
Urbanismo		17.407	33.929	94,92
Habitação		48.573	58.339	20,11
Saneamento		5.841	-	(100,00)
Gestão Ambiental		104.046	128.382	23,39
Ciência e Tecnologia		100.742	119.341	18,46
Agricultura		103.187	142.986	38,57
Organização Agrária		5.367	7.438	38,58
Indústria		42.380	45.966	8,46
Comércio e Serviços		187.497	201.679	7,56
Comunicações		179.158	203.592	13,64
Transporte		681.219	956.788	40,45
Desporto e Lazer		67.851	136.820	101,65
Encargos Especiais		1.895.682	2.029.144	7,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2.334.354	2.469.274	5,78
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		2.269.426	2.408.387	6,12
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		60.492	56.525	(6,56)
Outros Encargos da Dívida Interna		1.850	1.959	5,89
Outros Encargos da Dívida Externa		2.346	2.303	(1,84)
Outros Encargos - Serviço da Dívida		240	100	(58,35)
TRANSFERÊNCIAS		50.531.148	63.489.626	25,64
Intergovernamentais		11.078.858	12.392.099	11,85
Intragovernamentais		39.452.291	51.097.527	29,52
SAIDAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		6.960.850	7.294.400	4,79
Consignações		4.787.256	5.472.282	14,31
Depósitos de Terceiros		1.214.805	1.245.999	2,57
Entidades e Agentes Credores		21.802	26.282	20,55
Recursos da Conta B		646.054	443.710	(31,32)
Bloqueios Bancários		3.162	-	(100,00)
Recursos Vinculados		175.167	2.995	(98,29)
Recursos não Vinculados		47.307	45.248	(4,35)
Outras Saídas Financeiras		65.298	57.885	(11,35)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		3.450.419	5.119.746	48,38

DESCRIÇÃO	NOTA	R\$ Mil		
		31/12/2010	31/12/2011	2011/2010 (%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
INGRESSOS		946.966	1.667.162	76,05
Transferência de Convênios		679.874	930.401	36,85
Amortização de Empréstimos		148.826	180.564	21,33
Alienação de Bens - Moveis		906	189.174	20.786,07
Alienação de Bens - Imóveis		45.086	345.603	666,54
Transferências da União		54.109	14.549	(73,11)
Transferências do Exterior		2.476	2.369	(4,29)
Outras Receitas de Capital		10.199	54	(99,47)
Doações Recebidas		5.491	4.447	(19,01)
DESEMBOLSOS		4.932.155	4.758.440	(3,52)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		88.718	103.812	17,01
Investimentos		4.570.742	4.433.695	(3,00)
Transferências a Municípios		272.696	220.934	(18,98)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.985.190)	(3.091.278)	(22,43)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
INGRESSOS		1.295.237	1.271.501	(1,83)
Empréstimos Recebidos - Interno		361.921	355.182	(1,86)
Empréstimos Recebidos - Externo		933.316	916.319	(1,82)
DESEMBOLSOS		1.227.766	1.630.667	32,82
Amortização da Dívida Interna		1.053.438	1.491.175	41,55
Amortização da Dívida Externa		174.327	139.374	(20,05)
Aumento de Capital de Empresa		1	17	1.377,11
Consórcios Públicos		-	100	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		67.471	(359.165)	(632,33)
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	35	(467.300)	1.669.302	(457,22)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(467.300)	1.669.302	(457,22)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		6.919.339	6.452.039	(6,75)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		6.452.039	8.121.342	25,87

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



03 – Principais Práticas Contábeis



a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações, prefixadas, são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição dos materiais permanentes e pelo custo médio ponderado dos materiais de consumo.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.



e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Até 31 de dezembro de 2011, a depreciação somente é reconhecida pelas empresas públicas e sociedades de economia mista que têm obrigatoriedade de escriturar a contabilidade comercial.

Os ativos imobilizados adquiridos até 31 de dezembro de 2011 somente serão submetidos à depreciação, amortização ou exaustão após terem os seus valores corrigidos para que correspondam ao real valor do bem.

f) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

O Instituto Vital Brasil - IVB efetuou registro de reavaliações de alguns bem imóveis no exercício de 2011. O montante dessas reavaliações perfazem R\$ 147 mil.

A Subsecretaria de Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG efetuou no exercício de 2011 avaliações de próprios estaduais, extraída do Sistema de Patrimônio Imobiliário – SISPAT em atendimento ao artigo 11, inciso II do Decreto Estadual nº 43.256 de 26/10/2011.



h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado está avaliada pelo valor de recebimento, atualizado pela UFIR/RJ de 31/12/2011. Entretanto, com base no Manual de Procedimentos Contábeis da Dívida Ativa, foi utilizado o critério da provisão para perdas prováveis.

i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2011, exceto aqueles referentes ao exercício de 2006, cancelados por força do decreto estadual nº 43.256 de 26/10/11. Os Restos a Pagar não Processados, em 2011, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes.

j) Precatórios

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009 em 09 de dezembro de 2009 o Estado Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pela Emenda, cabendo apenas a transferência dos recursos para pagamento de precatórios, pois compete ao Tribunal de Justiça, organizar em fila única todos os precatórios emitidos contra o ente devedor, definir as preferências e executar os pagamentos.

Salienta-se que em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da publicação, em 25 de fevereiro de 2010, do Decreto nº 42.315, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque de precatórios em 15 anos. Com tal base legal, o Estado do Rio de Janeiro transferiu uma parcela significativa dos recursos da conta do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente.

Assim, seguindo as prioridades definidas no início do governo e com base nas inovações introduzidas pela citada EC nº 62/2009, no ano de 2011, o Estado do Rio de Janeiro empregou recursos no adimplemento de precatórios judiciais.

k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para o real pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2011.



l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31.12.2011, incluído os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

m) Apuração do Resultado

O resultado orçamentário e patrimonial é apurado adotando-se o regime de caixa para apropriação da Receita e de competência para as despesas, em conformidade com o artigo 35, da Lei Federal nº 4.320/64.



04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis

4.1. DISPONÍVEL

O Ativo Disponível é composto pelos saldos Caixa (numerário e outros valores em tesouraria), Bancos, Aplicações Financeiras (distribuídas em contas de poupança e aplicações em títulos do mercado aberto de contas não únicas), Rede Arrecadadora (valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual), Depósitos a Disposição no Tesouro Estadual e Fundos de Investimentos.

TABELA 001 - ATIVO DISPONÍVEL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART.%	2011	PART.%	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Ativo Disponível	6.452.039	100,00%	8.121.342	100,00%	25,87%
Caixa	180	0,00%	143	0,00%	-20,65%
Bancos Conta Movimento	1.140.534	17,68%	2.165.431	26,66%	89,86%
Aplicações Financeiras	4.253.386	65,92%	4.353.457	53,61%	2,35%
Rede Arrecadadora	469.100	7,27%	446.260	5,49%	-4,87%
Depósitos a Disposição no Tesouro Estadual	30.311	0,47%	18.842	0,23%	-37,84%
Fundos de Investimentos	558.529	8,66%	1.137.209	14,00%	103,61%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2011, o Ativo Disponível totalizou em R\$ 8.121.342 mil, o equivalente a 99,99% do Ativo Financeiro. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 25,87% (R\$ 1.669.303 mil), em função principalmente da movimentação ocorrida nas duas principais contas do grupo, que representaram 80,27% do total do Ativo Disponível, ou seja, enquanto que o saldo das “Aplicações Financeiras” em 2011 sofreu um aumento de 2,35% (R\$ 100.071 mil), o saldo de “Bancos Conta Movimento” apresentou 89,86% maior, o que equivale a um aumento de R\$ 1.024.897 mil.

4.2. BENS IMÓVEIS

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço Geral do Estado em observância aos Princípios da Competência e da Oportunidade, no que se refere às alterações do ativo que resultem em modificações do Patrimônio, neste sentido, o inciso III, do artigo 11, do Decreto nº 43.256, de 26 de outubro de 2011, determina a Subsecretaria de Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, encaminhar, até 31 de janeiro de 2012, à Contadoria-Geral do Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo, ainda, constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão encaminhou a esta CGE, em atendimento ao citado decreto, o Ofício SEPLAG/SUBPA nº 062, de 31/01/2012, que se encontra inserido no Volume 9 desta prestação de Contas de Gestão, informando o número de controle patrimonial, endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação, dos imóveis inscritos no cadastro da SEPLAG.

TABELA 002 - BENS IMÓVEIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

TÍTULO	2010	PART.%	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Bens Imóveis	8.614.373	100,00%	9.375.356	100,00%	8,83%
Edifícios	3.810.075	44,23%	3.961.051	42,25%	3,96%
Corr Monet de Bens Imóveis Lei 8200/91	1.866.347	21,67%	1.866.347	19,91%	0,00%
Obras em Andamento	1.085.282	12,60%	1.466.162	15,64%	35,09%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	838.725	9,74%	1.045.027	11,15%	24,60%
Instalações	359.875	4,18%	360.582	3,85%	0,20%
Terrenos	338.412	3,93%	350.183	3,74%	3,48%
Imóveis a Cadastrar	299.080	3,47%	307.301	3,28%	2,75%
Salas Comerciais	-	0,00%	1.700	0,02%	0,00%
Terras	16.578	0,19%	17.003	0,18%	2,56%

Fonte: SIAFEM/RJ

Os Bens Imóveis do Estado em 2011, representou 82,94% do total dos Bens do Estado, totalizando R\$ 9.375.356 mil. Na comparação com o período anterior houve um acréscimo nominal de 8,83% ou R\$ 760.983 mil, explicado, principalmente, pelo aumento dos saldos das contas, “Obras em Andamento” e “Benfeitorias em Imóveis de Terceiros”, que juntas tiveram um incremento de R\$ 587.182 mil. Observa-se ainda um aumento de R\$ 173.800 mil nas demais rubricas.

4.3. BENS MÓVEIS

Em 2011 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 3.716.793 mil, o equivalente a 32,88 % do total dos Bens do Estado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 9,37%, em função das aquisições ocorridas no período.

4.4. BENS INTANGÍVEIS

Os chamados "bens intangíveis" são aqueles que não têm existência física. Como exemplos de intangíveis temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, softwares e o fundo de comércio adquirido.

Em 2011, os Bens Intangíveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 12.364 mil. Em termos nominais, embora com uma baixa representação de 0,11% do total dos bens do Estado, apresentou uma variação expressiva de 174,97% (R\$ 7.868 mil) em relação ao ano anterior.

4.5. TÍTULOS E VALORES

São documentos emitidos por empresas ou outras entidades (públicas ou privadas), que representam um conjunto de direitos e deveres aos seus titulares e que podem ser comprados e vendidos nos mercados de valores mobiliários. Para as entidades que os emitem, os valores mobiliários representam uma forma de financiamento alternativa, enquanto para os investidores são uma forma de aplicação de poupanças que se caracterizam por uma grande variedade de níveis de risco e de potencialidade de rentabilidade. Os referidos documentos que representam os valores mobiliários podem ser títulos em papel (valores mobiliários titulados) ou registros informáticos (valores mobiliários escriturais). Atualmente a grande maioria dos valores mobiliários está representada por valores mobiliários escriturais devido à sua maior facilidade de circulação e transação e maior segurança que proporcionam.

Em 2011, os Títulos e Valores do Estado atingiram o montante de R\$ 70.816.054 mil, apresentando uma variação nominal de 29,95% em relação ao exercício anterior, cabendo observar que foi efetuada neste exercício uma reclassificação referente ao saldo existente em 2010 de R\$ 51.242.003 mil da conta 122590000 – Outros Títulos e Valores para a conta 112550000 – Royalties do Petróleo a Receber.

TABELA 003 - CRÉDITOS DO ESTADO - TÍTULOS E VALORES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Títulos e Valores	54.496.375	100,00%	70.816.054	100,00%	29,95%
Certificados Financeiros do Tesouro - CFTS	2.694.888	4,95%	662.113	0,93%	-75,43%
Direito sobre Concessões	559.485	1,03%	509.503	0,72%	-8,93%
Royalties de Petróleo a Receber	51.242.003	94,03%	69.644.438	98,35%	35,91%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.6. CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - CFT'S

Os Certificados Financeiros do Tesouro – CFT's, são títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional emitidos para a realização de operações financeiras definidas em lei, exclusivamente sob a forma escritural, na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Os atuais CFT's de posse do Rioprevidência são títulos nominativos e inalienáveis, conforme Lei n.º 10.841/2004, não podendo ser vendidos ou ter a propriedade e o domínio transferidos, apenas serem resgatados em seus respectivos vencimentos.

Ao final do exercício de 2011, como pode ser observada na tabela abaixo, a posição destes títulos é de R\$ 662.113 mil, o que representa uma queda de 75,43% em relação ao exercício anterior, devido, basicamente, ao resgate dos CFT's de Longo Prazo.

TABELA 004 - TÍTULOS E VALORES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - C.F.T's
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Certificados Financeiros do Tesouro - CFTs	2.694.888	100,00%	662.113	100,00%	-75,43%
11322.00.00 - CFT's de Curto Prazo	913.540	33,90%	662.113	100,00%	-27,52%
12251.00.00 - CFT's de Longo Prazo	1.781.348	66,10%	-	0,00%	-100,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.7. DIREITO SOBRE CONCESSÕES

O Poder Público pode realizar, centralizadamente, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-los, descentralizadamente, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam

ao lado do Estado, sem a ele pertencer, e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

TABELA 005- TÍTULOS E VALORES - CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO
Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2010	ATUALIZAÇÕES	RECEBIMENTOS	R\$ Mil	
				SALDO EM 31/12/2011	VAR. NOM %
Direitos de Concessão – CP	5.073	-	5.073	-	-100,00%
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S/A	3.845	-	3.845	-	-100,00%
Transtur - Transporte e Turismo	61	-	61	-	-100,00%
Barcas S/A - Transportes Marítimos	1.167	-	1.167	-	-100,00%
Direitos de Concessão – LP	554.412	7.449	52.359	509.503	-8,10%
Concessionária Rota 116 S/A	137.808	7.449	-	145.257	5,41%
Concessionaria Águas de Juturnaíba	52.359	-	52.359	-	-100,00%
Companhia do Metropolitana do RJ	344.756	-	-	344.756	0,00%
Metro-Arc.Verde S.C	19.489	-	-	19.489	0,00%
TOTAL	559.485	7.449	57.432	509.502	-8,93%

Fonte: SIAFEM/RJ

Os valores a receber provenientes das Outorgas de Serviços Públicos, apresentaram em 2011, um saldo de R\$ 509.502 mil, apresentando um decréscimo de 8,93% (R\$ 49.983 mil), em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos recebimentos da Concessionária Águas de Juturnaíba.

✓ CONCESSIONARIA ROTA 116 S/A.

- a) Outorga da Concessão de Serviço de exploração e operação viário, Itaboraí-Nova Friburgo-Cantagalo, a receber em 22 parcelas de R\$ 2.585.051,59 x 22 = 56.871.134,98.
- b) Conforme Contrato de Concessão assinado em 16/03/2001, § 2º da 50ª Cláusula: "Os valores das parcelas referidas no parágrafo primeiro, serão reajustadas pelo mesmo percentual, e nas mesmas datas, efetivamente aplicados às tarifas de pedágio".



- c) Conforme Deliberação AGETRANSP n.º 122, de 26/06/2007: Art. 1º - Propor ao Poder Concedente, na representação do DER-RJ, que conceda a suspensão do cronograma de pagamentos do valor da outorga até que sejam concluídos os trabalhos previstos no inciso I: "com relação à segurança e trafegabilidade da Rodovia RJ-116" e inciso II: "indenizações relativas aos eventuais prejuízos incorridos pela Concessionária em decorrência das fortes chuvas em janeiro/2007".
- d) Conforme Deliberação AGETRANSP n.º 159, de 09/04/2008: "Propor ao Poder Concedente, na representação do DER-RJ, que conceda a suspensão do cronograma de pagamentos do valor da outorga relativa ao exercício de 2008, até que sejam concluídos os trabalhos previstos em virtude das fortes chuvas de jan/2007."
- e) Conforme Deliberação AGETRANSP n.º 206, de 20/07/2009: "Concessionária ROTA 116 - Criação de HOLDING pelo Sócio Delta Construções S/A - Aprova o rito procedimental do Pleito e sugere às partes Poder Concedente e Concessionária a formalização de Aditivo Contratual." art.1º- Aprovar, quanto ao preenchimento do rito procedimental estabelecido pelo art.27, da lei nº 8.987/95 e Cláusula Décima Sétima, A, parágrafo segundo, alínea "I" do Contrato de Concessão, o pleito da Concessionária Rota 116, consistente na anuência quanto à cisão parcial da Delta Construções S.A, e formação da DELTAPAR - DELTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA"

✓ COMPANHIA DO METROPOLITANO DO RJ

- a) Contrato de concessão de vinte anos assinado em 27/01/1998. Conforme Cláusula 9ª: "Preço da CONCESSÃO: R\$ 288.100.000,00. O valor mencionado será pago da seguinte forma: 30% (trinta por cento) do valor ofertado pela CONCESSÃO, acrescido de 100% (cem por cento) do valor ofertado pelos MATERIAIS DE CONSUMO no ato da assinatura do CONTRATO; o valor restante de R\$ 201.670.000,00 será pago em parcelas mensais iguais e sucessivas, sendo a primeira devida no primeiro dia útil do mês subsequente à data da conclusão do programa de investimentos constantes do Anexo III deste CONTRATO e a última, no primeiro dia do último mês de vigência da CONCESSÃO."
- b) Conforme a Cláusula 7ª, § 1º "O ESTADO reajustará o valor das tarifas anualmente, a partir do primeiro dia de cada ano do CONTRATO, com base na variação do IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no ano anterior".



- c) Conforme Cláusula 7ª, § 7º - As revisões de tarifas decorrentes do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser solicitadas à ASEP-RJ com a efetiva comprovação da insuficiência do preço das tarifas, mediante estudos técnicos e planilhas de custos preparadas e encaminhadas à ASEP-RJ pela CONCESSIONÁRIA.
- d) Conforme Cláusula 9ª, § 3º - "Cada uma das parcelas mencionadas no item "b", do § 1º desta Cláusula sofrerá reajuste anual de acordo com a legislação aplicável pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas entre o mês da assinatura do CONTRATO e o mês do reajustamento e, no caso de extinção do IGP-M, pelo índice que o vier a substituir, e, na sua falta, pelo que for determinado pela ASEP-RJ."
- e) A AGETRANSP, conforme Deliberação n.º 168, de 28 de maio de 2008, reconhece a perda do objeto do processo E-04/077.642/2002, determinando o seu arquivamento, tendo em vista o acordo celebrado no 6.º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Metrô.
- f) Conforme Decreto n.º 41.104, de 28/12/2007, o Contrato de Concessão ficou prorrogado por 20 anos, a contar de 27/01/2008.

✓ TRECHO ARCO VERDE-SIQUEIRA CAMPOS

- a) Acréscimo do valor da Outorga decorrente da expansão da Linha 1 do Metrô denominado Valor da Outorga da Estação Siqueira Campos.
- b) A metodologia de cálculo da Outorga, conforme Despacho n.º 032/06 contido no processo E-10/454/2006, ficou estabelecida em função do valor calculado pela média dos últimos pagamentos.
- c) Tendo em vista que o prazo de concessão é de 20 anos e o contrato de Concessão foi assinado em 27/01/98, tem-se, a partir de jan/2006 um total de 12 anos e um mês até jan/2018.
- d) Metodologia de cálculo: $VR = (12 \times 12 + 1) \times 161.068,15$, então, o valor estimado $VR = R\$23.354.881,15$.

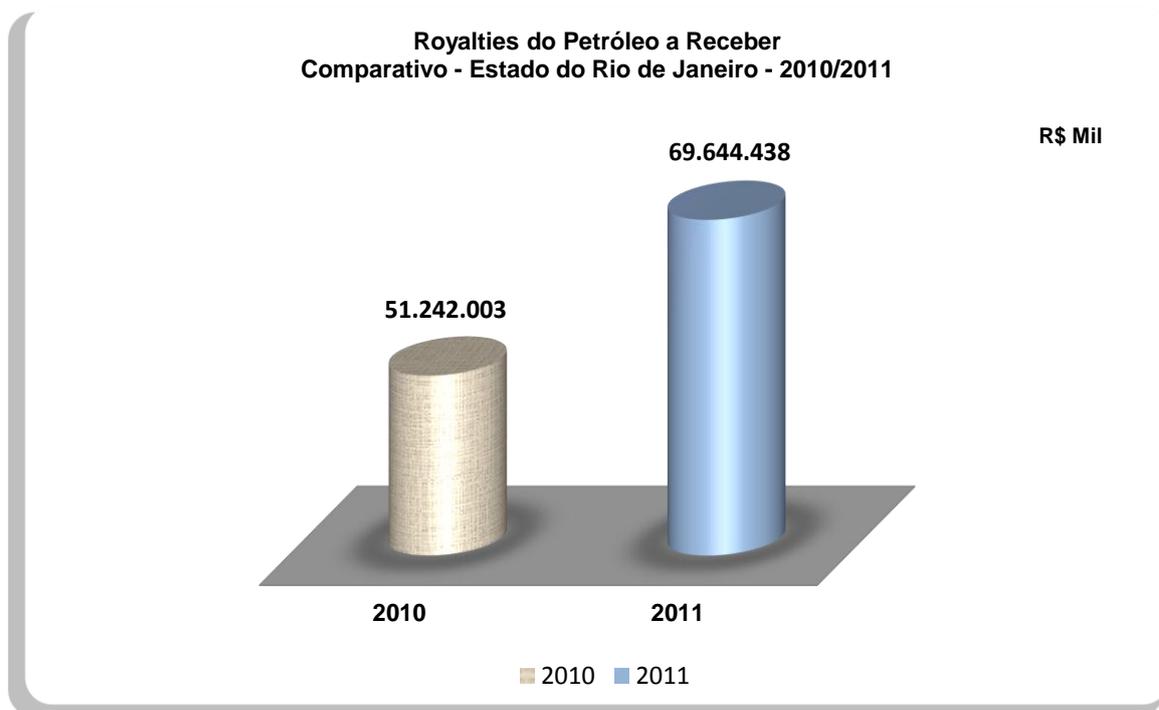
4.8.ROYALTIES DE PETRÓLEO A RECEBER - LP

Esta rubrica contempla os valores contabilizados como Direitos sobre Exploração dos Royalties do Petróleo e representa a maior parte dos Títulos e Valores a receber do Estado, ou seja, 98,35%.

A Constituição Federal, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Com o objetivo de capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 37.571/2005, incorporou ao patrimônio do Fundo os direitos de propriedade sobre os royalties do petróleo e direitos de participação especial, ingressos a partir de janeiro de 2006. No exercício de 2011 esta rubrica apresentou um saldo final de R\$ 69.644.438 mil decorrentes de ajustes dos recebíveis de Longo Prazo, o que representou um acréscimo de R\$ 18.402.435 mil (35,91%), em relação ao exercício anterior. Este item está sendo complementado na nota 6 desse relatório.

Cabe observar que foi efetuada neste exercício uma reclassificação de R\$ 51.242.002 mil, da conta 122590000 – Outros Títulos e Valores para a conta 112550000 – Royalties do Petróleo a Receber.



4.9. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

TABELA 006 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Créditos Diversos a Receber	6.122.491	100,00%	8.057.490	100,00%	31,60%
Royalties do Petróleo a receber	3.090.973	50,49%	4.331.350	53,76%	40,13%
Fluxo do Fundes / FREMF	1.668.344	27,25%	1.332.621	16,54%	-20,12%
Certific. Financ. do Tesouro - CFT'S Permutado - CP	544.930	8,90%	700.739	8,70%	28,59%
Cotas Financeiras a Receber	74.517	1,22%	68.149	0,85%	-8,55%
Indenizacoes a Receber	71.053	1,16%	75.163	0,93%	5,78%
Restos a Receber	41.706	0,68%	41.702	0,52%	-0,01%
Bradesco_Alienação do BERJ	-	0,00%	820.000	10,18%	-
Dívida Ativa	520.442	8,50%	520.442	6,46%	0,00%
Outros Créditos a Receber	110.527	1,81%	167.324	2,08%	51,39%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.10. ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER - CP

Representam os recursos a receber de curto prazo e assim como os valores mencionados na nota 7, estão incorporados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA. Em 2011 o saldo da rubrica que registra os Royalties do Petróleo a Receber sofreu um acréscimo de 40,13%, decorrentes da atualização dos recebíveis de Curto Prazo.

4.11. FLUXO DO FUNDES / FREMF

Representam o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social _ FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007, e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006.

Em dezembro de 2011 o valor deste ativo foi de R\$ 1.332.621 mil, 20,12% menor que o registrado em 2010, sendo R\$ 1.019.905 mil do FUNDES e R\$ 312.716 mil do Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminense – FREMF que serve de incentivo à implantação de novas empresas. O montante do FUNDES, registrado no Rioprevidência está corrigido em conformidade com a Nota Técnica GOP/DIN nº 005/2012 de 06/01/2012.

4.12.CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO – CFT’S PERMUTADOS - CP

Conforme Nota Técnica GOP/DIN nº 004/2012 de 05/01/2012 do Rioprevidência, em razão da operação de antecipação de CFT no exercício de 2011, foi assinado, em 12/04/2011, contrato entre o Estado do Rio de Janeiro e o Rioprevidência estabelecendo as condições para recomposição do fluxo original de receitas do Rioprevidência. O início da amortização das parcelas referentes à terceira permuta (2011) se dará em novembro de 2012 com término em dezembro de 2014.

A amortização pelo Estado das parcelas referentes à segunda permuta (2007) já iniciada em janeiro de 2011 também será concluída em dezembro de 2014.

Em 2011, figura no Balanço do Estado o montante de R\$ 700.739 mil que será liquidado em 2012. Esta rubrica, em relação ao ano anterior apresentou um aumento de 28,59%.

4.13.OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Neste grupo estão registrados diversos créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como operações de crédito; taxa de ocupação de imóveis, ressarcimento de salários de funcionários cedidos; devedores por bilhetes distribuídos; indenizações, cotas financeiras, taxas e multas; e restos a receber.

Também se encontram neste grupo os valores apropriados pelo Rioprevidência em atendimento à determinação do TCE/RJ, referentes a recursos advindos da recuperação da **Dívida Ativa** Estadual, não destinados por lei a outras finalidades, conforme descrito abaixo:

- ✓ Em atendimento a Determinação nº 14/2005, o Rioprevidência promoveu a provisão para recebimento do montante de R\$ 259.442 mil, referente receitas arrecadadas oriundas da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa no período de competência abril/2005 a dezembro/2006, em observância ao disposto no artigo 1º, do Decreto n.º 37.050, de 10.03.2005, com a autorização contida no artigo 10, da Lei n.º 4.004/2002.
- ✓ Ainda, em atendimento a Determinação nº 05/2009, o Rioprevidência efetuou provisão no montante de R\$ 261.000 mil para recebimento das cotas-parte das receitas arrecadadas oriundas da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, referentes ao período de abril/05 a dez/09, excluídas as destinadas por lei a outras finalidades que já estejam registradas no Plano de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Neste grupo também consta o valor nominal da segunda parcela ainda não paga pelo Bradesco em decorrência da alienação das ações do BERJ – Em Liquidação, correspondente a R\$ 820.000 mil.

4.14. RECURSOS A RECEBER DO ESTADO

TABELA 007 - CRÉDITOS DO ESTADO - RECURSOS A RECEBER DO ESTADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Recursos a Receber do Estado	1.992.201	100,00%	2.853.599	100,00%	43,24%
Certificado do Tesouro Federal - CFTS Permutado - LP	1.926.198	96,69%	2.787.597	97,69%	44,72%
Obras Paralizadas - CIEPS	66.002	3,31%	66.002	2,31%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Este grupo sofreu um aumento de seu saldo em 43,24% em decorrência, principalmente da atualização por reavaliação dos CFT's de propriedade do Rioprevidência. Conforme mencionado anteriormente, através da Nota Técnica GOP/DIN nº 004/2012 de 05/01/2012, o Rioprevidência informa que o montante de R\$ 2.787.597 mil relativo aos CFT's vencerá entre 2013 e 2014.

4.15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Nesta rubrica são registrados os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado, através de órgãos como a Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES; Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC, entre outros. Neste exercício este grupo somou o montante de R\$ 1.351.313 mil, apresentando um acréscimo de 18,47% em relação a 2010, com destaque para os Financiamentos à Longo Prazo, que representam os valores concedidos pelo FUNDES a título de financiamento a empresas instaladas no Estado do Rio de Janeiro. Em 2011 somente os recursos do FUNDES totalizaram R\$ 1.037.331 mil.

TABELA 008 - CRÉDITOS DO ESTADO - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Empréstimos e Financiamentos	1.140.672	100,00%	1.351.313	100,00%	18,47%
Empréstimos	113.420	9,94%	136.380	10,09%	20,24%
Empréstimos a Curto Prazo - CP	114	0,01%	114	0,01%	0,00%
Empréstimos a Longo Prazo - LP	113.306	9,93%	136.266	10,08%	20,26%
Financiamentos	1.027.252	90,06%	1.214.933	89,91%	18,27%
Financiamentos a Curto Prazo - CP	64.875	5,69%	152.726	11,30%	135,42%
Financiamentos a Longo Prazo_ FUNDES - LP	932.220	81,73%	1.037.331	76,76%	11,28%
Financiamentos Imobiliários a Longo Prazo - LP	30.158	2,64%	24.875	1,84%	-17,52%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.16. VALORES A RECEBER

Este item apresentou uma variação significativa em relação a 2010, pois ocorreu uma redução de 54,59% do saldo. Tal redução deveu-se a quitação do saldo devedor, em dez/2011, dos recursos recebidos nos exercícios de 2006 e 2007, da reserva monetária denominada "Conta B" junto a Caixa Econômica Federal, conforme Nota Técnica GOP/DIN nº 003/2012 de 05/01/2012. Ainda nessa rubrica constam registrado os valores a receber de "Devedores por Financiamentos - FCVS", na Companhia Estadual de Habitação – CEHAB.

TABELA 009 - CRÉDITOS DO ESTADO - VALORES A RECEBER
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART.%	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Valores a Receber	930.879	100,00%	422.703	100,00%	-54,59%
Valores a Receber de Outras Empresas	89.025	9,56%	5.733	1,36%	-93,56%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	415.093	44,59%	415.093	98,20%	0,00%
Outros Valores a Receber	426.761	45,84%	1.877	0,44%	-99,56%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.17. DIVERSOS RESPONSÁVEIS

A apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrange os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública. Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

O exame da tabela abaixo evidencia que, em 2011, o saldo de "Diversos Responsáveis" apresentou um aumento de R\$ 288.676 mil, equivalente a um crescimento de 32,05% em relação ao exercício anterior, ocorrido, principalmente, pelo aumento do saldo das contas "Convênios, Acordos e Ajustes Celebrados" e Outras Responsabilidades".

TABELA 010 - CRÉDITOS DO ESTADO - DIVERSOS RESPONSÁVEIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Diversos Responsáveis	900.829	100,00%	1.189.505	100,00%	32,05%
Por Convênios, Acordos e Ajustes Celebrados	531.754	59,03%	695.125	58,44%	30,72%
Outras Responsabilidades	246.517	27,37%	328.064	27,58%	33,08%
Responsáveis por Danos	55.133	6,12%	89.179	7,50%	61,75%
Ausência de Outras Prestações de Contas	28.207	3,13%	37.021	3,11%	31,25%
Desvio/Extravio de Bens	25.967	2,88%	26.209	2,20%	0,93%
Outros	13.251	1,47%	13.906	1,17%	4,94%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.18. CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste item estão registrados os créditos oriundos do Fundo da Dívida Pública – FDP e os Créditos a Receber pela Compensação do BERJ. Os créditos oriundos do FDP são recebíveis dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, que têm o Tesouro Estadual como devedor. Já os Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, representam a dívida assumida pelo governo do Estado junto ao RIOPREVIDÊNCIA.

Destacamos que não foi possível o expurgo dos saldos dos Créditos intragovernamentais devido a inconsistência entre valores ativos e passivos, em razão de rotinas operacionais que não se apresentam consistentes. A CGE vem envidando esforços necessários com o intuito de evidenciar a adequada composição dos valores relacionados.

No exercício de 2011 os Créditos Intragovernamentais apresentaram uma variação nominal positiva de 10,03%, devido, principalmente, aos repasses previdenciários.

TABELA 011 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Créditos Intragovernamentais	980.506	100,00%	1.078.823	100,00%	10,03%
Créditos a Receber Oriundos do FDP	192.836	19,67%	193.350	17,92%	0,27%
Banco do Estado do Rio de Janeiro - BERJ	105.634	10,77%	21.484	1,99%	-79,66%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	289.554	29,53%	308.535	28,60%	6,56%
Fundo Especial de Administração Fazendária -FAF	244.242	24,91%	244.242	22,64%	0,00%
Créditos Intra-Orçamentários	148.240	15,12%	311.212	28,85%	109,94%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.19. CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Esta rubrica apresentou um acréscimo de 27,63% em 2011 na comparação com o ano anterior devido, principalmente, à baixa da Provisão para Perdas da Dívida Ativa no valor de R\$ 321.740 mil. Neste exercício o Rioprevidência optou por não restabelecer a provisão para Perdas da Dívida Ativa por considerar o valor de realização deste ativo como provável.

O montante desses créditos a receber em 2011 está registrado no Rioprevidência e no Tesouro Estadual totalizando R\$ 618.624 mil, entre créditos tributários e não tributários. Quanto aos Créditos Tributários, a autarquia tem a receber do Tesouro Estadual o "ICMS parcelado" de que trata o Decreto Estadual nº 36.994/05 o montante de R\$ 587.555 mil. Já os recursos a receber do Tesouro Estadual estão amparados pela Resolução SEFAZ nº 276/10, que trata do cumprimento do art. 13 da LRF, em específico dos "Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa" que totalizou R\$ 30.997 mil, totalizando R\$ 618.552 Mil.

Quanto aos créditos inscritos em Dívida Ativa, representam a parcela dos créditos tributários e não tributários provisionados, para serem arrecadados em 2011.

TABELA 012 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART.%	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Créditos em Cobrança	656.774	100,00%	838.214	100,00%	27,63%
Créditos em Cobrança Administrativa	654.197	99,61%	618.624	73,80%	-5,44%
Créditos Tributários a Receber	654.125	99,99%	618.552	99,99%	-5,44%
Créditos não Tributários a Receber	72	0,01%	72	0,01%	0,00%
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	324.318	49,38%	219.590	26,20%	-32,29%
Dívida Ativa Tributária	317.629	97,94%	211.074	96,12%	-33,55%
Dívida Ativa não Tributária	6.689	2,06%	8.516	3,88%	27,32%
Provisão para Perdas da Dívida Ativa	(321.740)	-99,21%	-	0,00%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.20. CRÉDITOS POR ASSUNÇÃO DA DÍVIDA

Constitui-se de valores a serem reembolsados ao Estado, pela Administração Indireta, registrados na conta contábil 1.2.2.8.9.00.00 – Assunção de Dívidas, na UG 999900 – Tesouro do Estado, cujos saldos estão na mesma paridade dos passivos das entidades, na conta 2.2.2.4.8.00.00 – Dívidas Assumidas pelo Governo do Estado, atualizados de acordo com as regras contratuais. Para fins de consolidação expurgamos ambos os saldos de R\$ 746.963 mil.

TABELA 013 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS PELA ASSUNÇÃO DA DÍVIDA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Créditos pela Assunção da Dívida	625.540	100,00%	746.963	100,00%	19,41%
Assunção da Dívida da CEHAB	550.994	88,08%	557.075	74,58%	1,10%
Parcelamento do INSS	47.012	7,52%	47.012	6,29%	0,00%
Repasse de Linha de Crédito	27.533	4,40%	142.876	19,13%	418,92%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.21. DÍVIDA ATIVA

O estoque da Dívida Ativa Tributária e da Não Tributária está registrado na contabilidade em conformidade com o Relatório da Procuradoria da Dívida Ativa – PG5. Compõem-se de inscrições, atualizações e baixas dos Créditos Tributários devidos à Fazenda Pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao tesouro público.

Neste processo figuram dois tipos de créditos tributários e não tributários: aqueles em processo de inscrição vencidos e não pagos, portanto, passíveis de inscrição e os inscritos, que são aqueles encaminhados à Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5. No exercício de 2011, encontram-se encampados cerca de R\$ 14.045 mil em créditos passíveis de inscrição em Dívida Ativa para as providências da Procuradoria Geral do Estado.

TABELA 014 - CRÉDITOS DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Dívida Ativa	418.298	100,00%	835.580	100,00%	99,76%
Créd. em Processo Inscrição em Dívida Ativa	16.543	100,00%	14.544	100,00%	-12,08%
Cred. Tribut. Encaminhado P/ Dívida Ativa	2	0,01%	93	0,64%	4261,64%
Cred.não Tribut. Encaminhado P/ Dívida Ativa	406	2,45%	406	2,79%	0,00%
Cred.não Tribut. a Encaminhar P/ Dívida Ativa	16.135	97,53%	14.045	96,57%	-12,95%
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	37.433.112	100,00%	43.987.690	100,00%	17,51%
Dívida Ativa Tributária	36.289.074	96,94%	42.921.546	97,58%	18,28%
Dívida Ativa não Tributária	1.144.038	3,06%	1.066.143	2,42%	-6,81%
Provisão P/ Perdas de Dívida Ativa	(37.075.450)	99,04%	(43.203.719)	98,22%	16,53%
Créditos Tributários a Receber	44.092	10,54%	37.065	4,44%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Faz-se necessário considerar que aos saldos das Dívidas Ativa Tributária e Não Tributária, destacados, na tabela acima, que somam R\$ 43.987.690, devem ser somados os valores de R\$ 211.074 mil e R\$ 8.427 mil, transferidos respectivamente para as contas de curto prazo neste exercício, 11214.02.01 – Dívida Ativa Tributária e 11214.02.02 – Dívida Ativa Não Tributária, que irão compor o saldo final de R\$ 44.207.191 mil.

O estoque de créditos em processo de inscrição e inscritos em dívida ativa no exercício de 2011, quando comparado ao exercício anterior, apresenta um acréscimo de 99,76%, pois, enquanto os créditos inscritos apresentaram um aumento de R\$ 6.554.578 mil, a atualização da provisão para perdas de dívida ativa no exercício foi inferior a esse montante, ou seja, R\$ 6.128.269 mil, reduzindo o valor provisionado para perdas em relação ao total inscrito em dívida ativa de 99,04% para 98,22%.

Assim, ao observarmos a Provisão para Perdas da Dívida Ativa no valor de R\$ 43.203.719 mil, o estoque líquido passa a ser de R\$ 783.971 mil (R\$ 43.987.690 – R\$ 43.203.719). Este procedimento corrige a liquidez do ativo permanente, retratando assim a real situação patrimonial do Estado, além de contribuir para o processo de fortalecimento da visão patrimonial e maior qualidade e transparência da informação contábil. Informamos que os quadros da Dívida Ativa podem ser observados, mais detalhadamente, no item 3.03, do Volume 3.

Destacamos que no relatório da PG-5 constam notas explicativas com os critérios e metodologia aplicada na apuração do estoque que deram origem aos demonstrativos da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária. Apresentamos, abaixo, tabela comparativa do Estoque da Dívida Ativa.

TABELA 015 - DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

R\$Mil

DESCRIÇÃO	DÍVIDA TRIBUTÁRIA		DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA		TOTAL DA DÍVIDA ATIVA	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
SALDO INICIAL	33.768.079	36.606.703	1.043.552	1.150.641	34.811.631	37.757.344
(+) Inscrições	4.943.500	6.274.022	131.995	61.779	5.075.495	6.335.801
(-) Baixas	3.518.561	(1.691.863)	68.594	(42.027)	3.587.155	(1.733.890)
(+) Atualização	1.413.685	2.128.338	43.688	58.569	1.457.373	2.186.907
(+) Ajuste Saldo - Mapa PGE	-	139.436	-	(139.436)	-	-
(-) Créditos Especiais (Compensação por Precatórios)	-	(324.014)	-	(14.956)	-	(338.971)
SALDO FINAL	36.606.703	43.132.620	1.150.641	1.074.570	37.757.344	44.207.191

Fonte: Procuradoria Geral do Estado

4.22. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Esta rubrica representa a participação acionária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2011, deduzidos de provisão para perda estimada na realização desses ativos.

TABELA 016 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mi
					VAR. NOM.%
Investimentos do Estado	10.510.633	100,00%	7.527.767	100,00%	-28,38%
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	10.906.413	99,94%	7.960.419	99,91%	-27,01%
Outros Investimentos	6.635	0,06%	6.947	0,09%	4,70%
Soma dos Investimentos	10.913.048	100,00%	7.967.366	100,00%	-26,99%
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(402.414)	-3,69%	(439.599)	-5,52%	9,24%

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2011, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal negativa de 28,38% em relação ao ano anterior, motivada, principalmente, pelo resultado da equivalência patrimonial apurado na Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e pela venda do BERJ.

Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício. Maiores detalhes do cálculo da participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e da equivalência patrimonial poderão ser analisados no item 3.04.01, do Volume III.

TABELA 017- COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS ABRANGIDOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM %
BDRIO	2.532	0,02%	2.532	0,03%	0,00%
BERJ	253.874	2,33%	-	0,00%	-100,00%
CASERJ	247	0,00%	247	0,00%	0,00%
CEASA	4.196	0,04%	5.222	0,07%	24,46%
CEDAE	6.556.650	60,12%	3.632.086	45,63%	-44,60%
CEHAB	37.185	0,34%	37.185	0,47%	0,00%
CELF	9.226	0,08%	9.226	0,12%	0,00%
CENTRAL	1.300.351	11,92%	1.297.963	16,31%	-0,18%
CODERTE	32.995	0,30%	45.843	0,58%	38,94%
CODIN	13.628	0,12%	15.013	0,19%	10,16%
CTC	496	0,00%	985	0,01%	98,58%
DIVERJ	1.890	0,02%	690	0,01%	-63,52%
FLUMITRENS	6.147	0,06%	6.147	0,08%	0,00%
INVESTERIO	241.800	2,22%	312.389	3,92%	29,19%
IVB	37.354	0,34%	41.268	0,52%	10,48%
METRO	386.795	3,55%	386.795	4,86%	0,00%
RIOTRILHOS	2.020.777	18,53%	2.165.508	27,20%	7,16%
TURISRIO	270	0,00%	1.322	0,02%	389,62%
TOTAL	10.906.413	100,00%	7.960.419	100,00%	-27,01%

Fonte: SIAFEM/RJ

Conforme já comentado acima, em 2011, o saldo destes investimentos diminuiu em R\$ 2.945.994 mil, o que representa uma variação nominal negativa de 27,01% em relação ao ano anterior. Tal fato deve-se, principalmente, ao resultado da equivalência patrimonial obtido sobre o patrimônio da CEDAE e do BERJ.

Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

Nessa rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos nas Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades. Desta forma, reconhecemos uma provisão de R\$ 439.599 mil na mesma paridade do valor do investimento e registramos em grupo de conta do Passivo Permanente a perda ou deságio em investimentos.

TABELA 018 - COMPARATIVO DA PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil		
	2010	2011	VAR. NOM %
CASERJ	247	247	0,00%
CELF	9.226	9.226	0,00%
CEHAB	-	37.185	0,00%
FLUMITRENS	6.147	6.147	0,00%
METRÔ	386.795	386.795	0,00%
TOTAL	402.414	439.599	9,24%

Fonte: SIAFEM/RJ

Podemos observar, no quadro acima, um decréscimo patrimonial, somente, na CEHAB, acarretando na constituição de uma provisão na ordem de 37.185 mil.

Destacamos, abaixo, apenas para fins de demonstração, o Quadro Comparativo das Perdas e Deságios em Investimentos que se encontram registrados no Passivo Permanente. No exercício de 2011 foi apurada uma variação nominal aumentativa nas perdas de R\$ 76.682 mil em relação ao período anterior.

TABELA 019 - COMPARATIVO DAS PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil		
	2010	2011	VAR. MOM. %
CASERJ	862	450	-47,82%
CELF	28	0	-98,20%
CEHAB	-	3.064	0,00%
FLUMITRENS	2.137	10.421	387,61%
METRÔ	270.101	335.874	24,35%
TOTAL	273.128	349.810	28,08%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.23. ALIENAÇÃO DO BERJ AO BRADESCO

Em 2011 o Estado do Rio de Janeiro alienou ao Bradesco S/A as ações do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A – Em liquidação, conforme descrito no edital de Venda de Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão do BERJ – Em liquidação. Assim, conforme solicitação da Subsecretaria de Finanças, às fls. 02 do processo E-04/007.109/2011 de 14/07/2011, a Contadoria Geral do Estado, utilizando-se da documentação juntada, elaborou rotina contábil orientando as áreas envolvidas quanto aos procedimentos a serem adotados. A seguir, destacamos os eventos ocorridos para fins de melhor entendimento.



- O valor da alienação total de todas as ações de propriedade do Estado monta em R\$ 1.025.000.000,00 divididas em 2 parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 205.000.000,00, correspondendo a 20% e a segunda no valor de R\$ 820.000.000,00;
- A baixa dos Certificados de Privatização foi de R\$ 28.735.792,00 - o valor utilizado para abatimento sofreu atualização ($30.750.000,00 - 2.014.208,00 = 28.735.792,00$);
- A primeira parcela correspondente a 20% da alienação foi atualizada em R\$ 13.331.426,96 pela taxa SELIC entre a data do leilão e a data do efetivo pagamento, deduzidos dos valores da baixa dos Certificados de Privatização em R\$ 28.735.792,00 e do valor devido aos acionistas minoritários a título de indenização pelas desapropriações no valor de R\$ 5.949.264,01, totalizando R\$ 183.646.370,95;
- A baixa da participação acionária do Estado no capital social do BERJ corresponde ao valor de R\$ 253.874.411,22;
- O valor nominal da segunda parcela ainda não paga em decorrência da alienação das ações do BERJ – Em Liquidação, corresponde a R\$ 820.000.000,00 foi apropriado;
- Foi recebido o valor de R\$ 752.066.424,48 pelo Contrato de Prestação de Serviço e Processamento de Folha de Pagamento e Outras Avenças entre o BERJ e o Estado do Rio de Janeiro;
- Foram desapropriados bens do BERJ por interesse público no valor de R\$ 157.983.205,17.

TABELA 020 -EVENTOS RELATIVOS A VENDA DO BERJ AO BRADESCO
Estado do Rio de Janeiro - 2011

ALIENAÇÃO DAS AÇÕES DO BERJ	
Valor da alienação das Ações	1.025.000.000,00
Valor da 1ª parcela (20%)	205.000.000,00
Valor da 2ª parcela (80%) - 2011NL26008 UG 999900	820.000.000,00
BAIXA DOS CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO	
= Valor desincorporado referente aos Certificados de Privatização (3%)	30.750.000,00
(-) Atualização monetária	2.014.208,00
= Valor da baixa dos Certificados - 2011NL23295 UG999900	28.735.792,00
RECEBIMENTO DA 1ª PARCELA	
= Valor da 1ª parcela (20%)	205.000.000,00
+ Atualização monetária pela taxa SELIC entre a data do leilão e a do efetivo pagamento	13.331.426,96
(-) Valor da baixa dos Certificados	28.735.792,00
(-) Valor total devido aos acionistas minoritários a título de indenização pelas desapropriações	5.949.264,01
= Valor do recebimento da 1ª parcela - 2011NL24886 UG999900	183.646.370,95
BAIXA DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	
Valor da baixa da Participação Acionária do Estado no Capital do BERJ - 2011NL00004 UG 200399	253.874.411,22
ALIENAÇÃO DA F. PGTO.	
Valor do Ctrto. Prestação de Serviços e Processamento de Folha de Pagto. - 2011NL22912 UG 999900	752.066.424,48
DESAPROPRIAÇÕES*	
<u>Desapropriações de bens do BERJ por interesse público:</u>	157.983.205,17
. Imóvel da Av. Nilo Peçanha, nº 175 - Centro - RJ	86.621.594,37
. Pinacoteca	11.361.610,80
. Terreno Av. Paulista, 1853 - SP	60.000.000,00

* As desapropriações do BERJ até a presente data, não foram incorporadas ao Balanço do Estado.

4.24. OUTROS INVESTIMENTOS

Esta rubrica é representada, em sua maioria, pelas aplicações dos Órgãos Estaduais em ações de empresas de Telecomunicações. No exercício de 2011 teve uma variação nominal de 4,70%, devida principalmente à valorização de títulos de tais empresas.

4.25. DÍVIDA FLUTUANTE

Os componentes da dívida flutuante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano: quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária. Devem ter as suas respectivas contrapartidas no Ativo Financeiro, em contas que reflitam disponibilidades vinculadas às finalidades para as quais foram recebidas.

TABELA 021 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA						R\$ Mil
DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	VAR. NOM. %
	31/12/2010	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	31/12/2011	
Restos a Pagar	2.965.803	2.285.730	(2.193.840)	(380.555)	2.677.138	-9,73%
Exercícios Anteriores	2.965.803	-	(2.193.840)	(380.555)	391.408	-86,80%
Exercício de 2011	-	2.285.730	-	-	2.285.730	0,00%
Serviço da Dívida a Pagar	100	63	(100)	-	63	-37,32%
Dívida Interna	100	63	(100)	-	63	-37,32%
Dívida Externa	-	-	-	-	-	0,00%
Sentenças Judiciais	230.477	34.539	(46.164)	(158)	218.694	-5,11%
Depósitos	983.909	6.820.636	(6.705.846)	(11.788)	1.086.911	10,47%
Consignações	670.082	5.482.348	(5.472.282)	(4.536)	675.611	0,83%
Depósitos de Diversas Origens	313.827	1.338.288	(1.233.565)	(7.252)	411.299	31,06%
Credores Entidades e Agentes	25.711	39.922	(26.282)	(0)	39.351	53,05%
Total da Dívida Flutuante	4.206.001	9.180.889	(8.972.232)	(392.501)	4.022.157	-4,37%

Fonte: SIAFEM/RJ

Conforme demonstrado na tabela acima, a Dívida Flutuante no exercício de 2011 apresentou um decréscimo de R\$ 183.844 mil (4,37%) em relação ao ano anterior, devido principalmente, aos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar.

4.26. RESTOS A PAGAR

Esta rubrica representa as Obrigações Inscritas em Restos a Pagar provenientes das despesas empenhadas, mas não pagas até 31/12/2011, distinguindo-se as processadas das não processadas, considerado o saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

A Contadoria-Geral do Estado aprovou as inscrições contábeis em Restos a Pagar do exercício de 2011, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFEM/RJ, através da Portaria CGE nº 152 DE 08/02/2012, publicado no Diário Oficial de 10/02/12.

Na tabela a seguir está demonstrada a composição dos Restos a Pagar por poder e tipo de administração:

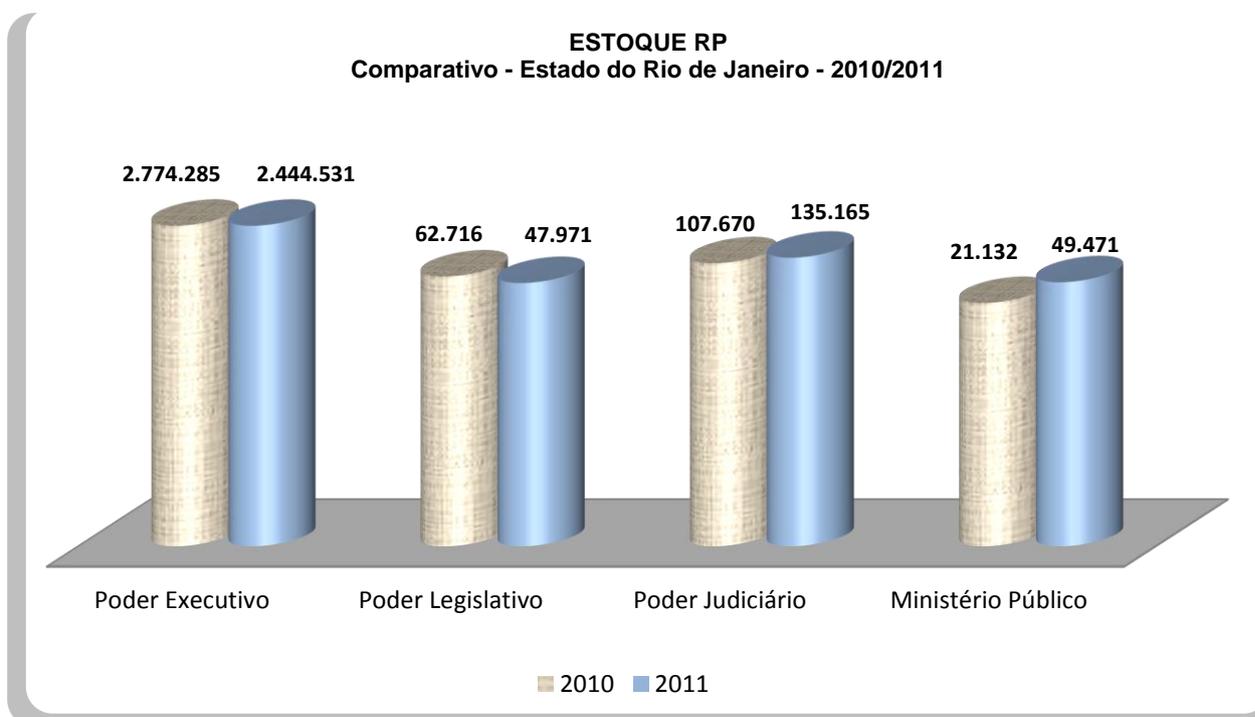
TABELA 022 - RESTOS A PAGAR - DE POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	RP	PART. %	RP	PART. %	R\$ Mil
	2010		2011		VAR. NOM. %
Poder Executivo	2.774.285	93,54%	2.444.531	91,31%	-11,89%
Administração Direta	1.592.283	57,39%	1.348.190	55,15%	-15,33%
Autarquias	162.039	5,84%	164.017	6,71%	1,22%
Fundações	240.864	8,68%	127.482	5,21%	-47,07%
Empresas Públicas	21.651	0,78%	45.724	1,87%	111,18%
Economia Mista	53.736	1,94%	169.110	6,92%	214,71%
Fundos Especiais	703.713	25,37%	590.007	24,14%	-16,16%
Poder Legislativo	62.716	2,11%	47.971	1,79%	-23,51%
Poder Judiciário	107.670	3,63%	135.165	5,05%	25,54%
Ministério Público	21.132	0,71%	49.471	1,85%	134,11%
TOTAL	2.965.803	100,00%	2.677.138	100,00%	-9,73%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2011, o estoque de Restos a Pagar apresentou um decréscimo de R\$ 288.665 mil (9,73%) em relação ao exercício de 2010, devido principalmente ao menor volume de inscrições, pagamentos e cancelamentos.

A seguir, demonstramos graficamente a evolução do estoque dos Restos a Pagar até 2011:



A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar não Processados do Poder Executivo, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em cada Órgão/Entidade, em conformidade com o previsto no artigo 6º do Decreto nº 43.256 de 26/10/2011. Enfatizamos que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

**TABELA 023 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA P/ FONTE DE RECURSO P/ INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR -
PODER EXECUTIVO
Estado do Rio de Janeiro - 2011**

FONTE DE RECURSO	R\$ Mil		
	DISPONIBILIDADE E FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EXERCÍCIO DE 2011	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
00 - Ordinários Provenientes de Impostos	(969.169)	4.040	(973.209)
01 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(31.475)	341	(31.816)
04 - Indenização pela Extração de Petróleo	67.797	196	67.601
05 - Salário Educação	68.897	-	68.897
06 - Fundo de Participação dos Estados	81.470	-	81.470
07 - Demais Transfer. da União Prov. Impostos	83.509	-	83.509
10 - Arrecadação Própria - Administração Indireta	1.321.303	74.631	1.246.672
11 - Operações de Crédito Através do Tesouro	1.433.261	8.599	1.424.661
12 - Convênios - Administração Direta	410.455	1.957	408.499
13 - Convênios - Administração Indireta	107.705	7.174	100.531
14 - Convênios PAC - Administração Direta	314.397	-	314.397
15 - Fund Man Des Educ Bás Valoriz Prof E - FUNDEB	4.781	-	4.781
16 - Convênios PAC - Administração Indireta	(12.069)	-	(12.069)
17 - Operações de Crédito Através da Adm Indireta	15	-	15
18 - Convênios Intraorçament-Administração Direta	20.309	5.558	14.752
19 - Convênios Intraorçament - Administr. Indireta	6.134	1.050	5.084
20 - Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	19.698	-	19.698
21 - Op de Crédito destinadas à Ações M Ambiente	(26.597)	-	(26.597)
22 - Adicional do ICMS - FECP	(24)	626	(649)
23 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(204)	-	(204)
25 - Sistema Único de Saúde	286.867	39.880	246.987
26 - Contribuição Interv Domínio Econômico-CID	2.084	-	2.084
81 - Recursos Não Orçamentários - DDO	(1.366)	-	(1.366)
82 - Recursos Não Orçamentários - Cred.Ent.Agentes	1.966	-	1.966
90 - Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11429/06	40.622	-	40.622
95 - Retorno de Empr. Prog. Fomento Agropec e Tecn	3.417	-	3.417
96 - Multa Infração Código Defesa do Consumidor	4.827	-	4.827
97 - Conservação Ambiental	3.078	-	3.078
98 - Outras Receitas da Administração Indireta	8.961	703	8.258
99 - Outras Receitas da Administração Direta	87.549	7.392	80.158
TOTAL	3.338.195	152.147	3.186.049

Fonte: SIAFEM/RJ

Está tabela também esta disponível no Volume III, item a tabela 3.09.06 - Demonstrativo da disponibilidade financeira por UGE e Fonte para inscrição de restos a pagar não processados- exercício de 2011.

4.27. SENTENÇAS JUDICIAIS

As Sentenças Judiciais são contabilizadas em contas próprias, identificadas por Precatórios do Tribunal de Justiça – TJ, Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho – TRT e demais Sentenças Judiciais em conformidade com a Portaria CGE nº 83, de 24 de setembro de 2002. Cabe destacar, também, que a Contadoria-Geral do Estado – CGE editou a Circular CGE nº 11, de 16/11/2006, que disciplinou a contabilização dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado que serão incluídas no orçamento do exercício seguinte, bem como aqueles que deixaram de ser reconhecidos orçamentariamente.

TABELA 024 - SENTENÇAS JUDICIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Precatórios TJ	192.656	83,59%	174.480	79,78%	-9,43%
Pessoal e Enc. Sociais	22.055	11,45%	18.184	10,42%	-17,55%
Prec.TJ Fornec. Credores	170.601	88,55%	156.295	89,58%	-8,39%
Precatórios TRT	920	0,40%	705	0,32%	-23,34%
Pessoal e Enc. Sociais	920	100,00%	705	100,00%	-23,34%
Demais Sentenças Judiciais	36.901	16,01%	43.510	19,90%	17,91%
Pessoal e Enc. Sociais	30.557	82,81%	36.399	83,66%	19,12%
Sent. Jud. Forn. E Credores	6.344	17,19%	7.110	16,34%	12,08%
TOTAL	230.477	100,00%	218.695	100,00%	-5,11%

Fonte: SIAFEM/RJ

As Sentenças Judiciais atingiram em 2011, o montante de R\$ 218.695 mil, apresentando uma variação negativa de 5,11% (R\$ 11.782 mil) em relação ao ano anterior, motivada principalmente pela queda das inscrições de Precatórios do TJ e TRT em 9,43% e 23,34%, respectivamente, enquanto as demais sentenças judiciais apresentaram um aumento de 17,91%.

A tabela a seguir, demonstra comparativamente os pagamentos de precatórios do TJ e TRT efetuados em 2011.

TABELA 025 - SENTENÇAS JUDICIAIS PAGAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Precatórios TJ	47.281	91,59%	33.575	72,73%	-28,99%
Precatórios TRT	1.228	2,38%	82	0,18%	-93,31%
Demais Sentenças Judiciais	3.112	6,03%	12.506	27,09%	301,81%
TOTAL	51.622	100,00%	46.164	100,00%	-10,57%

Fonte: SIAFEM/RJ

A tabela demonstra que em 2011 os pagamentos de precatórios do TJ e TRT foram inferiores em 28,99% e 93,31%, respectivamente, enquanto nas demais sentenças judiciais o pagamento foi superior em 301,81%, sendo que no total a variação correspondeu a uma queda de 10,57% (R\$ 5.458 mil) em relação a 2010.

4.28. DEPÓSITOS

Esta rubrica é composta pelas consignações em folhas, retenções e descontos feitos em favor de pessoas jurídicas e pelos depósitos de diversas origens relativos a importâncias retidas a título de fiança, custas, cauções e outros.

No exercício de 2011, os depósitos apresentaram uma variação nominal positiva de 10,47%, representando R\$ 103.001 mil, em relação ao ano anterior.

TABELA 026 - DEPÓSITOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Consignações	670.082	68,10%	675.611	62,16%	0,83%
Depósitos de Diversas Origens	313.827	31,90%	411.299	37,84%	31,06%
TOTAL	983.909	100,00%	1.086.910	100,00%	10,47%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.29. DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

Considera-se DÍVIDA FUNDADA OU CONSOLIDADA aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate (§ 2º, Art. 115, Dec. 93.872/86).

TABELA 027 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Dívida Fundada	57.823.414	100,00%	62.755.923	100,00%	8,53%
Dívida Fundada Interna	55.825.745	96,55%	59.667.667	95,08%	6,88%
Por Contratos	55.825.745	100,00%	59.667.667	100,00%	6,88%
Dívida Fundada Externa	1.997.669	3,45%	3.088.255	4,92%	54,59%
Em Títulos	2.555	0,13%	2.877	0,09%	12,59%
Por Contratos	1.995.114	99,87%	3.085.379	99,91%	54,65%

Fonte: SIAFEM/RJ

A Dívida Fundada apresentou em 2011, um acréscimo de 8,53% (R\$ 4.932.509 mil), em relação ao ano anterior, devido, principalmente, a renegociação da dívida interna por contratos.

4.30. PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

As Provisões Fiscais e Trabalhistas apresentaram uma variação nominal de 9,75% (R\$ 119.062 mil) em relação ao ano anterior.

TABELA 028 - PROVISÕES FISCAIS TRABALHISTAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Provisões Fiscais Trabalhistas	1.220.610	100,00%	1.339.672	100,00%	9,75%
Provisões Trabalhistas	468.432	38,38%	512.312	38,24%	9,37%
Provisões Fiscais	40.937	3,35%	150.516	11,24%	267,67%
Diversas Provisões	711.240	58,27%	676.844	50,52%	-4,84%
Indenizacoes Civeis	411.894	57,91%	391.968	57,91%	-4,84%
Contingencias	267.919	37,67%	260.225	38,45%	-2,87%
Outras Provisoes	25.114	3,53%	18.338	2,71%	-26,98%
Indenizacao Por Desapropriacao	6.314	0,89%	6.314	0,93%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.31. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

As Provisões Matemáticas Previdenciárias no ano de 2011 aumentaram em 10,31% (R\$ 11.399.969 mil) em relação ao ano anterior, destacando que este item foi melhor abordado Volume I, no item 6.5.1 – RIOPREVIDÊNCIA.

TABELA 029 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART.%	2011	PART.%	VAR. NOM.%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	110.593.938	100,00%	121.993.907	100,00%	10,31%
Benefícios Concedidos	78.748.640	71,21%	85.649.246	70,21%	8,76%
Benefícios a Conceder	34.654.975	31,34%	39.231.015	32,16%	13,20%
Reservas a Amortizar	-2.809.677	-2,54%	-2.886.354	-2,37%	2,73%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.32. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Este grupo está composto pela Cessão de Direitos dos Royalties do Petróleo, pelos CFT's Permutados, dentre outras obrigações. Em 2011, apresentou um saldo de R\$ 13.175.825 mil, registrando uma queda de 8,61% (R\$ 1.240.553 mil) em relação ao ano anterior.

TABELA 030 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART.%	2011	PART.%	VAR. NOM.%
Outras Obrigações	13.790.838	100,00%	12.428.862	100,00%	-9,88%
Cessão de Direitos - Royalties do Petróleo	6.837.573	49,58%	5.831.477	46,92%	-14,71%
Obrigações Contratuais	2.640.352	19,15%	2.298.982	18,50%	-12,93%
Certif. Tesouro Federal - Permutado	2.471.128	17,92%	2.787.597	22,43%	12,81%
Obrigações Intragovernamentais	596.802	4,33%	525.745	4,23%	-11,91%
Outras Obrigações	1.244.983	9,03%	985.061	7,93%	-20,88%

Fonte: SIAFEM/RJ

CESSÃO DE DIREITOS – ROYALTIES DO PETRÓLEO

Esta rubrica representa as obrigações do Estado devidas à União, com base no Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial, estando registrada na UG 370200 – Encargos Gerais do Estado.

Podemos verificar uma redução nominal de 14,71% (R\$ 1.006.096 mil) apresentada frente ao ano de 2010 devido principalmente aos “Ajustes Cambiais”. A tabela a seguir demonstra a movimentação ocorrida no período.

TABELA 031 - ROYALTIES DO PETRÓLEO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil		
	2010	2011	VAR. NOM. %
Saldo Inicial	8.986.746	6.837.573	-23,91%
(-) Transferência para Royalties de Curto Prazo	2.975.808	-	-100,00%
(-) Ajustes Cambiais	9.859	1.303.617	13122,91%
(+) Atualização Monetária	836.494	297.522	-64,43%
Saldo final	6.837.573	5.831.477	-14,71%

Fonte: SIAFEM/RJ

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Este grupo apresentou um decréscimo de 12,93% (R\$ 341.370 mil), em relação ao ano anterior, devido principalmente à redução do saldo de Credores e Contratos em Renegociação em R\$ 243.051 mil (35,01%) e uma redução de R\$ 98.319 mil (5,05%) das obrigações contratuais referentes à Cessão de Direitos dos Royalties do Petróleo, transferidas para o curto prazo.

TABELA 032 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. NOM. %
Obrigações Contratuais	2.640.352	100,00%	2.298.982	100,00%	-12,93%
Credores de Contratos em Renegociação	694.303	26,30%	451.252	19,63%	-35,01%
Obrigações por Convênios Recebidos	4	0,00%	4	0,00%	0,00%
Cessão de Direitos - Royalties do Petróleo	1.946.045	73,70%	1.847.726	80,37%	-5,05%

Fonte: SIAFEM/RJ

CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO FEDERAL – PERMUTADOS

Nesta conta são registrados os Certificados Financeiros do Tesouro Federal – CFT's permutados com autorização constante da Lei Federal nº 10.841/04 e destinados ao custeio dos benefícios de responsabilidade do RIOPREVIDÊNCIA.

Conforme artigo 2º da citada Lei, o Estado deverá, obrigatoriamente recompor, no mínimo, o fluxo de caixa original dos CFT's resgatados na permuta, incluídos os juros e as atualizações monetárias calculadas nos mesmos critérios dos respectivos Certificados Financeiros do Tesouro.

Em 2011 esta rubrica apresentou um saldo de R\$ 2.787.597 mil, que corresponde a um acréscimo de 12,81% (R\$ 316.469 mil) em relação ao exercício de 2010, basicamente devido à atualização ocorrida no período. Conforme já mencionado anteriormente, através da Nota Técnica GOP/DIN nº 004/2012 de 05/01/2012, o Rioprevidência informa que o montante de R\$ 2.787.597 mil relativo aos CFT's vencerá entre 2013 e 2014.

4.33. PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL

Destacamos que os efeitos da EC nº 62/09, que instituiu o Regime Especial de Pagamento dos Precatórios, alterou o art. 100 da CRFB/88 e acrescentou o art. 97 ao ADCT desse diploma legal.

Em razão do disposto no citado art. 97 do ADCT da CRFB/88, foi criada a prerrogativa para que os entes da federação quitem, em até 15 anos, os precatórios vencidos em Regime Especial. Com tal base legal, o Estado do Rio de Janeiro transferiu uma parcela significativa dos recursos da conta do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente.

A Contadoria Geral do Estado orientou através da Nota Técnica 001/2010, que “o saldo das obrigações a pagar referentes a precatórios devem ser reclassificados, considerando a fila única instituída pela EC nº 62 e os valores registrados no SIAFEM/RJ”. Em razão disso, em 2010 foi transferido do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente o valor de R\$ 3.781.729 mil.

TABELA 033 - PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mi
					VAR. NOM. %
Precatório TJ - Pessoal	1.563.761	41,35%	1.539.022	39,30%	-1,58%
Precatório TJ - Credores e Fornecedores	933.318	24,68%	913.755	23,33%	-2,10%
Precatório TRT - Pessoal	39.067	1,03%	39.054	1,00%	-0,03%
Atualização Monetária	1.245.582	32,94%	1.424.678	36,38%	14,38%
Total	3.781.729	100,00%	3.916.508	100,00%	3,56%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em Dezembro de 2011, verifica-se um aumento de 3,56%, equivalente a R\$ 134.779 mil, em relação ao ano anterior, devido principalmente a um acréscimo no valor da Atualização Monetária de R\$179.096 mil, totalizando o estoque em R\$ 3.916.508 mil.

4.34. PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS A PAGAR

Nessa rubrica registram-se os valores das sentenças judiciais contra órgãos, entidades e empresas estaduais já transitadas em julgado, e encaminhadas à antiga Secretaria de Estado de Controle e Gestão para inclusão no orçamento, totalizando R\$ 442.937 mil em 2011.

TABELA 034 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS A PAGAR
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mi
					VAR. NOM. %
Precatório TJ - Credores e Fornecedores	1.988	0,58%	7.099	1,60%	257,08%
Outras Sentenças - Credores e Fornecedores	266	0,08%	266	0,06%	0,00%
Precatório TJ - Pessoal	56	0,02%	68.530	15,47%	-
Precatório TRT - Pessoal	184	0,05%	184	0,04%	0,00%
Outras Sentenças - Pessoal	340.792	99,27%	366.763	82,80%	7,62%
Atualização Monetária	-	0,00%	95	0,02%	-
Total	343.286	100,00%	442.937	100,00%	29,03%

Fonte: SIAFEM/RJ

4.35. SENTENÇAS JUDICIAIS

Salienta-se que em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da publicação, em 25 de fevereiro de 2010, do Decreto nº 42.315, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque de precatórios em 15 anos.

De acordo com as regras do regime especial adotado, os recursos financeiros serão transferidos pelo Estado ao Tribunal de Justiça, cabendo a este a organização e execução dos pagamentos.

TABELA 035 - SENTENÇAS JUDICIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	R\$ Mil	
					VAR. NOM. %	
Precatório TJ - Pessoal	22.055	9,57%	18.184	8,32%	-17,55%	
Precatório TJ - Credores e Fornecedores	170.601	74,02%	156.295	71,47%	-8,39%	
Precatório TRT - Pessoal	920	0,40%	705	0,32%	-23,36%	
Demais Sentenças Judiciais	36.901	16,01%	43.510	19,90%	17,91%	
Total	230.477	100,00%	218.695	100,00%	-5,11%	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2011 foram pagos R\$ 11.782 mil em acordos de parcelamento de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação de EC nº 62, em 09 de Dezembro de 2009 e de requisição de pequeno valor.

4.36. SALDO PATRIMONIAL – MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A situação patrimonial após apuração do resultado do exercício de 2011 apresentou um acréscimo de 4,27% em relação ao ano de 2010 da ordem de R\$ 4.046.966 mil. Os principais resultados por tipo de administração que impactaram o resultado do exercício, que foi de R\$ 3.764.205 mil, foi foram o apresentado pela Administração Direta com déficit em R\$ 4.638.712 mil, compensado pelo superávit das Autarquias em R\$ 8.321.399 mil.

TABELA 036 - DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
Estado do Rio de Janeiro - 2011

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	ADM.				EMPRESAS	SOCIEDADES	TOTAL
	DIRETA	FUNDOS	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	PÚBLICAS	ECONOM.MISTA	
Saldo em 31/12/2010 (I)	(51.521.624)	932.814	(48.110.954)	859.788	(299.333)	3.321.529	(94.817.781)
Ajuste de Ex. Anteriores	-	-	-	-	(2.626)	3.741	1.115
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Const. / Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	278.830	278.830
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1)	2.817	2.815
Total Mutações No Patrimônio (I)	(51.521.624)	932.814	(48.110.954)	859.788	(301.960)	3.606.916	(94.535.020)
Resultado do Exercício (IV)	(4.638.712)	(100.460)	8.321.399	416.334	6.284	(240.639)	3.764.205
Saldo em 31/12/2011 (V = III + IV)	(56.160.337)	832.354	(39.789.555)	1.276.122	(295.676)	3.366.277	(90.770.815)

Fonte: SIAFEM/RJ

4.37. ANÁLISE DOS QUOCIENTES – BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes patrimoniais:

TABELA 037 - DADOS PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2010	2011
Ativo Financeiro	6.452.268	8.121.615
Passivo Financeiro	4.206.001	4.022.157
Ativo Permanente	92.056.763	109.901.215
Passivo Permanente	189.120.811	204.771.489
Ativo Real	98.509.031	118.022.830
Passivo Real	193.326.811	208.793.646
Dívida Fundada	57.823.414	62.755.923
Receita Corrente Líquida	34.534.906	39.268.345
Operações de Crédito	1.295.237	1.271.501
Amortizações + Encargos	3.561.979	4.099.786

Fonte: SIAFEM/RJ

QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ativo Financeiro
Passivo Financeiro

O quociente da situação financeira demonstra o resultado da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros. De forma similar, na análise de balanço de empresas privadas esse índice é comparado com o de Liquidez Corrente, indicando a situação financeira da empresa para saldar seus compromissos de curto prazo.

TABELA 038 - QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			
	2010	2011		
<u>Ativo Financeiro</u>	<u>6.452.268</u>	<u>8.121.615</u>		
<u>Passivo Financeiro</u>	<u>4.206.001</u>	<u>4.022.157</u>		
	=	1,53	=	2,02

Fonte: SIAFEM/RJ

Este índice demonstra a realidade financeira do Estado, evidenciando que no exercício de 2011 houve aumento da capacidade de pagamento de liquidez corrente imediata em relação a 2010. Para cada R\$

1,00 de dívida tinha disponível R\$ 2,02, apresentando um índice positivo, o que demonstra a iniciativa do governo estadual de promover o saneamento das contas públicas. O principal fator que contribuiu para a melhoria desse indicador encontra-se evidenciado no aumento do Ativo Financeiro que obteve um incremento de R\$ 1.669.347 mil ou 25,87%.

QUOCIENTES DA SITUAÇÃO PERMANENTE E RESULTADO PATRIMONIAL

Ativo Permanente
Passivo Permanente

Ativo Real
Passivo Real

A análise dos quocientes da “Situação Permanente” e “Resultado Patrimonial” deve ser conjugada com a da situação financeira para se ter algum sentido. Como pode ser observado, o resultado desses quocientes, que indicam o nível de solvência em longo prazo do Estado, traz uma tendência idêntica ao de curto prazo:

TABELA 039 - QUOCIENTE DA SITUAÇÃO PERMANENTE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mi			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
<u>Ativo Permanente</u>	=	92.056.763	0,49	109.901.215	0,54
Passivo Permanente		189.120.811		204.771.489	

Fonte: SIAFEM/RJ

TABELA 040 - QUOCIENTE DO RESULTADO PATRIMONIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mi			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
<u>Ativo Real</u>	=	98.509.031	0,51	118.022.830	0,57
Passivo Real		193.326.811		208.793.646	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em ambos os casos ocorreu uma situação deficitária. No Quociente da Situação Permanente, para cada R\$ 1,00 de obrigações a longo prazo existe R\$ 0,54 de bens, créditos e valores de caráter permanente, o que, demonstra uma queda em relação ao exercício anterior, que apresentou para esse indicador um índice de 0,49.

Convém, no entanto, destacar que a utilização deste índice fica prejudicada tendo em vista a desvalorização dos bens do Ativo Permanente, enquanto que a grande maioria do Passivo Permanente



é atualizada, como as Dívidas Fundada Interna e Externa e, também, a Provisão Matemática e Previdenciária, que juntas representam 89,90 % do Passivo Permanente.

Também se observa um aumento no Quociente do Resultado Patrimonial, tendo em vista que a situação de déficit patrimonial foi reduzida no exercício de 2011, ou seja, o Passivo Real Descoberto que em 2010 foi de R\$ 94.817.781 mil, em 2011 foi reduzido para R\$ 90.770.816 mil.

QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO I E II

Dívida Fundada

Receita Corrente Líquida

Operações de Crédito

Receita Corrente Líquida

A situação patrimonial do Estado pode ser medida também por outro quociente, criado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 40/2001, que comprova que os índices apurados anteriormente (Situação Permanente e Resultado Patrimonial) não representam problemas de insolvência do Estado. Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo Estado, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre a dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido pelo Senado Federal, para os Estados, é de duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida.

O conceito de Receita Corrente Líquida - RCL foi estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 2º, inciso IV. Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

Composição da RCL

Receitas Correntes: total das receitas Tributária, de Contribuições Sociais, Patrimonial, Agropecuária, de Serviços, Industrial e Transferências Correntes;

Deduções da RCL:

Do valor arrecadado pelo Estado, parte é repassada aos municípios e ao FUNDEB:

-Aos Municípios: repasse constitucional e legal das receitas tributárias, como por exemplo, os 25% do ICMS e 50% do IPVA;

-Ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB: 20% do total arrecadado de ICMS, IPVA, ITCMD, Fundo de Participação dos Estados – FPE e Cota-Parte IPI- Exportação;

Contribuição dos Servidores: os valores correspondentes às contribuições dos servidores civis e militares do Estado ao RIOPREVIDÊNCIA.

**TABELA 041 - QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

DESCRIÇÃO		2010		2011		R\$ Mil
<u>Dívida Fundada</u>	=	<u>57.823.414</u>	1,67	<u>62.755.923</u>		1,60
Receita Corrente Líquida		34.534.906		39.268.345		

Fonte: SIAFEM/RJ

A Dívida Fundada manteve-se dentro das metas de endividamento neste exercício, quando atingiu R\$ 1,60 para cada R\$ 1,00 de Receita Corrente Líquida, o que representa uma pequena variação em relação ao índice de 2010. Esse aumento se deve à variação da Dívida Fundada Interna que teve um acréscimo de R\$ 4.932.509 mil no período.

Outro indicador utilizado para medir o comprometimento da Receita Corrente Líquida é obtido após confrontá-la com as Operações de Crédito, conforme tabela a seguir:

**TABELA 042 - QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO II
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

DESCRIÇÃO		2010		2011		R\$ Mil
<u>Operações de Créditos</u>	=	<u>1.295.237</u>	0,04	<u>1.271.501</u>		0,03
Receita Corrente Líquida		34.534.906		39.268.345		

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2011 as operações de crédito representaram 0,03% da Receita Corrente Líquida, evidenciando uma melhora significativa deste indicador em relação ao ano anterior.

QUOCIENTE DO DISPÊNDIO DA DÍVIDA

Amortizações + Encargos
Receita Corrente Líquida

Este quociente mede o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive o relativo a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, que não poderá exceder a 11,5% da Receita Corrente Líquida, conforme determina a Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. Nos dois últimos exercícios este quociente teve o seguinte comportamento:

TABELA 043 - QUOCIENTE DO DISPÊNDIO DA DÍVIDA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2010	2011
Amortizações + Encargos	3.561.979	4.099.786
Receita Corrente Líquida	34.534.906	39.268.345
	0,10	0,10

Fonte: SIAFEM/RJ

Enquanto que o dispêndio da dívida em 2010 representou 10,31% da RCL, em 2011 o mesmo se situou em 10,44%, mantendo-se dentro do limite estabelecido.

4.38. RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2011 foi de R\$ 3.764.205 mil, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Ativas e Passivas, resultante e independente da Execução Orçamentária, indicando as alterações patrimoniais ocorridas no exercício, devidas principalmente às variações líquidas positivas com Aquisição de Bens, Royalties e Dívida Ativa contra variações líquidas negativas com as provisões matemáticas e CFT's. Na tabela abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público.

TABELA 044 - COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2010			2011		
	AUMENTARAM O PATRIMÔNIO	REDUZIRAM O PATRIMÔNIO	VARIAÇÃO	AUMENTARAM O PATRIMÔNIO	REDUZIRAM O PATRIMÔNIO	VARIAÇÃO
1.1 - Resultado Orçamentário	48.806.071	49.028.269	(222.199)	55.402.804	54.363.154	1.039.650
+ Var. Líquida Result. da Execução Orçamentária	48.806.071	49.028.269	(222.199)	55.402.804	54.363.154	1.039.650
1.2 - Mutações Patrimoniais Resultantes Orç.	6.518.690	1.556.773	4.961.917	7.395.271	2.185.880	5.209.391
+ Variação Líquida dos Bens a Incorporar	1.425.197	-	1.425.197	878.084	-	878.084
+ Variação Líquida dos Aquisição/Alienção Bens	3.766.361	45.992	3.720.370	3.538.914	604.870	2.934.045
+ Outros Var. Resultantes Exec. Orçamentária	1.327.131	1.510.781	(183.650)	2.978.272	1.581.010	1.397.262
2.1 - Mutações Patrimoniais Independentes	41.227.767	48.659.057	(7.431.291)	63.934.822	66.419.658	(2.484.836)
+ Variação Líquida dos CFT's	974.734	2.560.605	(1.585.871)	2.106.724	4.378.478	(2.271.754)
+ Variação Líquida das Provisões Matemáticas	1.772.913	8.324.563	(6.551.650)	746.984	12.146.953	(11.399.969)
+ Variação Líquida dos Royalties do Petróleo	18.800.814	15.276.104	3.524.710	33.090.008	25.076.700	8.013.308
+ Variação Líquida da Dívida Ativa	5.075.495	3.621.909	1.453.587	6.475.237	2.230.834	4.244.403
+ Variação Líquida de Títulos e Valores	215.417	675.814	(460.397)	239.568	2.983.751	(2.744.183)
+ Variação Líquida dos Materiais de Consumo	1.712.370	2.171.887	(459.517)	2.131.412	2.532.335	(400.923)
+ Variação Líquida Regime Esp. de Precatórios	3.872.992	6.546.576	(2.673.584)	10.032.238	6.323.432	3.708.805
+ Variação Líquida dos Incorp./Desincorp. Imóveis	372.947	3.152.830	(2.779.883)	406.075	2.864.307	(2.458.232)
+ Variação Líquida dos Bens a Incorporar	-	1.311.841	(1.311.841)	-	986.390	(986.390)
+ Outros Var. Independente Exec. Orçamentária	8.430.085	5.016.930	3.413.155	8.706.576	6.896.477	1.810.098
Total	96.552.527	99.244.100	(2.691.572)	126.732.896	122.968.691	3.764.205

Fonte: SIAFEM/RJ

4.39. ANÁLISE DOS QUOCIENTES – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES

Os resultados da Demonstração das Variações Patrimoniais podem ser analisados utilizando-se quocientes como forma de melhor avaliar a situação patrimonial.

A seguir, apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes decorrentes das variações patrimoniais:

TABELA 045 - DADOS PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES DECORRENTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2010	2011
Mutação Patrimonial Ativa	6.518.690	7.395.270
Mutação Patrimonial Passiva	1.556.773	2.185.879
Variações Ativas - IEO	41.227.767	63.934.822
Variações Passivas - IEO	48.659.057	66.419.658
Variações Patrimoniais Ativas	96.552.527	126.732.896
Variações Patrimoniais passivas	99.244.100	122.968.691

Fonte: SIAFEM/RJ

QUOCIENTE DA MUTAÇÃO PATRIMONIAL

Mutação Patrimonial Ativa

Mutação Patrimonial Passiva

Este quociente tem por finalidade indicar se houve um aumento do patrimônio pela aquisição de bens, ou diminuição pelo pagamento de dívidas. Se o resultado do quociente for maior que 1, indicará que houve aumento no patrimônio público, já o quociente sendo igual a 1, tem-se um equilíbrio entre os itens de Receita e Despesa que provocam a mutação patrimonial, enquanto que um quociente menor que 1, sinalizará a ocorrência de uma diminuição do patrimônio público. Cabe destacar que as despesas de Capital não representam um gasto necessário à manutenção da ação administrativa, tendo o propósito de formar ou adquirir ativos reais para aumentar o patrimônio ou pagamento de dívidas de longo prazo.

TABELA 046 - QUOCIENTE DECORRENTES DAS VARIAÇÕES DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
<u>Mutação Patrimonial Ativa</u>	=	6.518.690		7.395.270	
Mutação Patrimonial Passiva		1.556.773	4,19	2.185.879	3,38

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2011, o quociente de 3,38 evidenciou um superávit patrimonial de R\$ 5.209.391 mil. Esta expansão foi determinada pelo maior volume das mutações Patrimoniais decorrentes das despesas de capital, sobre as mutações patrimoniais decorrentes das receitas de capital.

Neste indicador percebe-se claramente o objetivo do governo em investir com aquisição de ativos. Basicamente o aumento patrimonial foi determinado pelas aquisições de Bens Imóveis e Móveis que totalizaram R\$ 3.538.914 mil.

QUOCIENTE DAS VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas (IEO)

Variações Passivas (IEO)

Este quociente tem a finalidade de demonstrar a relação entre a movimentação ocorrida durante o exercício, independente da execução do orçamento. Se o resultado do quociente for maior que 1, indicará que o patrimônio público está sendo acrescido em função de um aumento nas contas do Ativo Realizável a Longo Prazo ou Permanente, que independeram do orçamento ou mesmo de uma diminuição do passivo pelo cancelamento de obrigações ou diminuição nas contas do exigível a Longo

Prazo. Se for menor que 1, indicará uma diminuição do patrimônio público em função das atualizações da dívida fundada, incorporações de dívidas a longo prazo e maior baixa do Ativo Permanente ou Realizável a Longo Prazo. Já o quociente sendo igual a 1, nada de anormal haverá no patrimônio público.

**TABELA 047 - QUOCIENTE DECORRENTES DAS VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
Variações Ativas (IEO)	=	41.227.767	0,85	63.934.822	0,96
Variações Passivas (IEO)		48.659.057		66.419.658	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2011, observa-se o aumento deste quociente de 0,85 para 0,96, evidenciado pela redução do déficit patrimonial, em relação ao exercício anterior. A redução do déficit foi determinada principalmente pela atualização do fluxo dos Royalties.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais Ativas
Variações Patrimoniais Passivas

Este quociente demonstra o Resultado Patrimonial do exercício financeiro. Se o resultado do quociente for maior do que 1, será considerado positivo, indicando um superávit patrimonial, se for menor do que 1, será considerado negativo, indicando um déficit patrimonial. Já o quociente sendo igual a 1, será considerado uma situação estável sem alteração do patrimônio.

**TABELA 048 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
Variações Patrimoniais Ativas	=	96.552.527	0,97	126.732.896	1,03
Variações Patrimoniais Passivas		99.244.100		122.968.691	

Fonte: SIAFEM/RJ

O quociente de 1,03 evidencia um superávit patrimonial percebido pela diferença positiva entre as Variações Ativas e Passivas, Resultante e Independente da Execução Orçamentária, indicando as

alterações patrimoniais ocorridas no exercício. Constatou-se, no período, um aumento patrimonial de R\$ 3.764.205 mil.

4.40. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No exercício de 2011 o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 1.039.650 mil e o confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias dos exercícios de 2010 e 2011, está sendo apresentado na tabela a seguir. Cabendo destacar que os demonstrativos analíticos encontram-se detalhados nos Volumes V e VI que compõem esta prestação de contas.

TABELA 049 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2010	%	2011	%	VAR. NOM. %
Receita Prevista	45.620.685	100,00%	54.093.407	100,00%	18,57%
Receita Arrecadada	48.806.071	106,98%	55.402.804	102,42%	13,52%
Déficit/Superávit na Arrecadação	3.185.386	6,98%	1.309.396	2,42%	-58,89%
Dotação Inicial	45.546.476	100,00%	54.093.407	100,00%	18,77%
(+) Créditos Adicionais	14.538.873	31,92%	14.744.241	27,26%	1,41%
(-) Dotação Cancelada	(7.081.409)	15,55%	(8.531.425)	15,77%	20,48%
(-) Alteração QDD	11.119,95	-0,02%	13.842,29	0,03%	24,48%
Dotação Atualizada	53.015.060	116,40%	60.320.066	111,51%	13,78%
Despesa Realizada	49.028.269	92,48%	54.363.154	90,12%	10,88%
Economia Orçamentária	3.986.790	7,52%	5.956.912	9,88%	49,42%
Resultado Orçamentário	2010		2011		VAR. NOM. %
Déficit/Superávit Orçamentário	(222.198)		1.039.650		-567,89%

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

A Receita Arrecada pelo Estado do Rio de Janeiro ultrapassou em 2,428% o previsto para o exercício de 2011, ocorrendo um excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.309.396 mil, enquanto que em 2010 houve um superávit na arrecadação de R\$ 3.185.386 mil (6,98%). Não obstante, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a despesa realizada e a dotação atualizada) de R\$ 5.956.912 mil correspondentes a um percentual de 9,88%. Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 14.744,241 mil, que representaram 27,26% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 15,77%. Ocorreram ainda, reduções e acréscimos que representam 0,03% do orçamento inicial.

4.41. ANÁLISE DOS QUOCIENTES – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Os resultados do Balanço Orçamentário podem ser analisados utilizando-se quocientes como forma de avaliar o cumprimento das determinações e especificações constantes. A seguir, apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes da gestão orçamentária:

TABELA 050 - VALORES PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	2011	R\$ Mil
			VAR. NOM. %
Receita Prevista	45.620.685	54.093.407	18,57%
Receita Arrecadada	48.806.071	55.402.804	13,52%
Dotação Atualizada	53.015.060	60.320.066	13,78%
Despesa Executada	49.028.269	54.363.154	10,88%

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Receita Arrecadada
Receita Prevista

Este índice tem por finalidade verificar se a previsão do orçamento está condizente com a efetiva arrecadação das receitas. Se o índice foi igual a 1 revela que foi previsto exatamente o que foi arrecadado; caso seja menor do que 1 significa insuficiência de arrecadação; e se for maior do que 1 indica excesso de arrecadação.

TABELA 051 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO		R\$ Mil	
		2010	2011
Receita Arrecadada	=	48.806.071	55.402.804
Receita Prevista		45.620.685	54.093.407

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Os quocientes indicam que em 2011 para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista, executou-se R\$ 1,02, enquanto que no exercício de 2010 este índice foi de R\$ 1,07. Verifica-se que tanto em 2010, quanto 2011, ocorreu excesso de arrecadação.

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Despesa Executada (empenhada)
Dotação Atualizada

Este quociente demonstra a relação entre a Despesa Orçamentária Realizada e a Dotação Atualizada, e tem por finalidade indicar a economia orçamentária, ou seja, quanto da despesa legalmente autorizada deixou de ser empenhada.

TABELA 052 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
<u>Despesa Executada</u>	=	49.028.269		54.363.154	
Dotação Atualizada		53.015.060	0,92	60.320.066	0,90

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Tal quociente espelha uma economia orçamentária, pois a despesa orçamentária só pode ser executada até o limite do valor autorizado, e dificilmente haveria uma execução igual à fixação. Verifica-se que, assim como no exercício anterior, houve uma economia orçamentária. Em 2011 realizou-se R\$ 0,90 de despesa para cada R\$ 1,00 de despesa fixada.

QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Atualizada
Receita Prevista

Este quociente demonstra a relação entre a Dotação Atualizada em confronto com a Receita Prevista. No final do exercício, apresentaram valores diferentes, tendo em vista que a Dotação Atualizada sofre alterações durante a execução do orçamento. Através de decretos são agregados ou subtraídos valores que compõem a base de cálculo da Dotação Atualizada. O índice igual a 1 indica resultado nulo, ou seja, equilíbrio orçamentário; índice menor do que 1 indica que houve anulação de créditos disponíveis; e índice superior a 1 indica que se obteve autorização de créditos adicionais.

TABELA 053 - QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

				R\$ Mil	
DESCRIÇÃO		2010		2011	
Dotação Atualizada	=	53.015.060	1,16	60.320.066	1,12
Receita Prevista		45.620.685		54.093.407	

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Na análise desse quociente nota-se que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista, houve R\$ 1,12 de Dotação Atualizada em 2011. Estes indicadores demonstram que houve suplementações de crédito orçamentários superiores aos cancelamentos, indicando, portanto, déficit orçamentário nos dois exercícios.

QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Receita Arrecadada

Despesa Realizada (empenhada)

Demonstra a relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada. Através deste indicativo pode-se avaliar se houve um resultado deficitário ou superavitário. Caso o índice seja igual a 1, representa um resultado nulo, caso seja maior do que 1 haverá um superávit e, um índice menor do que 1 indica que a Receita foi menor do que a Despesa, o que implica num déficit.

TABELA 054 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

				R\$ Mil	
DESCRIÇÃO		2010		2011	
Receita Arrecadada	=	48.806.071	1,00	55.402.804	1,01
Despesa Realizada		49.028.269		54.363.154	

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Verifica-se que no exercício anterior a receita arrecadada foi inferior a despesas realizada, enquanto que no exercício de 2011 o resultado foi superavitário em R\$ 1.039.650 mil, ou seja, arrecadou R\$ 1,01 de Receita para cada R\$ 1,00 de Despesa Realizada.

4.42. RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

O resultado da execução financeira no exercício de 2011 foi positivo em R\$ 1.669.302 mil que corresponde ao saldo equivalente de caixa para o próximo exercício. Em relação ao ano anterior apresentou um acréscimo de R\$ 2.136.602 mil conforme verificado na tabela abaixo.

TABELA 055 - RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIMINAÇÃO	R\$ Mil		
	2010	2011	VAR. NOM %
1 - Saldo do Exercício Anterior	6.919.339	6.452.039	-6,75%
2 - Receitas	58.094.748	65.443.749	12,65%
2.1 - Receitas Orçamentárias	48.806.071	55.402.804	13,52%
2.2 - Receitas Extraorçamentárias	9.288.677	10.040.945	8,10%
3 - Despesas	58.562.048	63.774.446	8,90%
3.1 - Despesas Orçamentárias	49.028.269	54.363.154	10,88%
3.2 - Despesas Extraorçamentárias	9.533.778	9.411.293	-1,28%
4 - Resultado da Execução Financeira	(467.300)	1.669.302	-457,22%
5 - Saldo para o Exercício Seguinte	6.452.039	8.121.342	25,87%

Fonte: SIAFEM/RJ

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras por fonte de recursos que compõem o grupo "1.9.3.2.9.03.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE", diferenciando as fontes Tesouro de outras fontes. Na comparação com o ano anterior observa-se um aumento de 28,93% no total das disponibilidades por fonte.

TABELA 056 - DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

R\$ Mil

FONTES DE RECURSOS	2010	2011	VAR. NOM %
Recursos do Tesouro	3.495.516	4.294.164	22,85%
Fonte 000 – Ordinários Não Vinculados	706.552	607.099	-14,08%
Fonte 001 – Outros Ordinários não Vinculados	339.028	238.050	-29,78%
Fonte 004 – Indenização pela Extração de Petróleo	124.452	162.445	30,53%
Fonte 005 – Salário Educação	18.922	100.253	429,83%
Fonte 006 – Fundo de participação dos Estados	95.922	94.110	-1,89%
Fonte 007 – Demais Transf. da União Provenientes de Impostos	94.778	93.896	-0,93%
Fonte 011 – Operações de Crédito Através do Tesouro	930.381	1.578.877	69,70%
Fonte 012 – Convênios	397.982	477.051	19,87%
Fonte 015 – Fundeb	148.978	153.489	3,03%
Fonte 020 – Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	13.558	20.128	48,46%
Fonte 021 – Operações de Crédito Destinadas Meio - Ambiente	-	673	0,00%
Fonte 022 – Fundo Estadual de Combate a Pobreza	248.115	252.402	1,73%
Fonte 026 – Contrib. Interv. no Domínio Econômico -CIDE	476	3.755	689,47%
Fonte 090 – Fundo de Depósitos Judiciais - Lei Nº 11.429/06	122.257	165.665	35,51%
Fonte 096 – Multa p/infração do Cód. Def. Consumidor	2.906	4.827	66,10%
Fonte 097 – Conservação Ambiental	1.543	3.078	99,45%
Fonte 099 – DIVERSAS	249.666	338.367	35,53%
Recursos de Outras Fontes	2.613.760	3.582.775	37,07%
Fonte 010 – Diretamente Arrecadados	1.618.309	2.303.895	42,36%
Fonte 013 – Convênios Administração Indireta	147.947	119.826	-19,01%
Fonte 014 – Convênios PAC - Administração Direta	155.695	358.890	0,00%
Fonte 016 – Convênios Diretos	1.762	7.963	352,00%
Fonte 017 – Operações de Crédito através da Adm. Indireta	15	15	0,00%
Fonte 018 – Convênios Intraorçamentários - Adm. Direta	37.778	45.668	20,88%
Fonte 019 – Convênios Intraorçamentários - Adm. Indireta	12.554	8.001	-36,26%
Fonte 023 – Contratos Intraorçamentário Gestão de Saúde	-	1.219	0,00%
Fonte 025 – SUS	387.655	449.230	15,88%
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	191.946	187.200	-2,47%
Fonte 082 – Recursos Não Orçamentários - Credores - Entidades e Agentes	12.780	26.466	107,09%
Fonte 095 – Retorno de Empréstimos do Programa de Fomento Agropecuário e Tecnológico	10.302	6.097	-40,81%
Fonte 098 – Outras Receitas da Administração Indireta	37.019	68.305	84,52%
Total das Disponibilidades por Fonte	6.109.276	7.876.938	28,93%

A tabela a seguir demonstra a conciliação entre os montantes das Disponibilidades e Disponibilidades por Fonte de Recursos:

**TABELA 057 - ARRECADAÇÃO A REPASSAR
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2010	2011
Total das Disponibilidades por Fonte	6.109.276	7.876.938
(+) Arrecadação a Repassar	312.452	225.561
(+) Depósitos a Disposição do Tesouro Estadual	30.311	18.842
Saldo para o Exercício Seguinte	6.452.039	8.121.342

Fonte: SIAFEM/RJ

A Arrecadação a Repassar trata-se de recursos ainda em poder dos bancos, que serão repassados ao Tesouro após o encerramento do exercício.

4.43. ANÁLISE DOS QUOCIENTES – BALANÇO FINANCEIRO

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes da Gestão Financeira:

**TABELA 058 - VALORES PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES FINANCEIROS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2010	2011
Receita Arrecadada	48.806.071	55.402.804
Despesa Realizada	49.028.269	54.363.153
Despesa Paga	46.527.597	52.309.451
Receita Corrente	46.563.869	52.464.140
Despesa Corrente	42.509.580	47.777.534
Receita de Capital	2.242.202	2.938.663
Despesa de Capital	6.518.690	6.585.620
Receita Extra-Orçamentária	9.288.677	10.040.945
Despesa Extra-Orçamentária	9.533.778	9.411.293
Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária)	58.094.748	65.443.749
Despesa (Orçamentária + Extra-Orçamentária)	58.562.048	63.774.447
Saldo para o Exercício Seguinte	6.452.039	8.121.342
Saldo do Exercício Anterior	6.919.339	6.452.039

Fonte: SIAFEM/RJ

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receita Arrecadada
Despesa Paga

Este quociente tem por finalidade avaliar o resultado orçamentário pelo regime de caixa. Se o resultado do quociente for maior do que 1, indicará que houve superávit na execução orçamentária e financeira; já o quociente sendo igual a 1, demonstrará haver igualdade; e se for menor do que 1 sinalizará para um déficit, pressupondo a utilização de receita extraorçamentária para cobertura.

**TABELA 059 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011**

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
<u>Receita Arrecadada</u>	=	<u>48.806.071</u>	1,05	<u>55.402.804</u>	1,06
Despesa Paga		46.527.597		52.309.451	

Fonte: SIAFEM/RJ

Os quocientes, apresentados na tabela anterior, indicam que houve superávit nos dois exercícios analisados. Em 2011, para cada R\$ 1,00 de Despesa Orçamentária paga obteve-se R\$ 1,06 de Receita Orçamentária Realizada. Verifica-se que no exercício de 2011, o Estado apresenta um Superávit de R\$ 3.093.353 mil, valor superior ao apresentado em 2010.

A análise deste quociente também deve ser feita separadamente por numerador e denominador. No numerador, pode-se verificar que a receita arrecadada no ano, como já evidenciado neste relatório, apurou um incremento real de 13,52%. No denominador, pode-se destacar que o montante das despesas pagas, no exercício de 2011, registrou um aumento de 12,42%, na comparação nominal com o ano anterior.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

Receita Corrente
Despesa Corrente

Através desse índice identificamos quantas vezes a despesa corrente está contida na receita corrente, ou seja, se a arrecadação corrente foi suficiente para cobrir os gastos correntes.

TABELA 060 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
Receita Corrente	=	46.563.869		52.464.140	
Despesa Corrente		42.509.580	1,10	47.777.534	1,10

Fonte: SIAFEM/RJ

Os indicadores apurados nos exercícios de 2010 e 2011 indicam que nos dois exercícios houve arrecadação corrente suficiente para cobrir às despesas, ou seja, o resultado apurado foi satisfatório, apresentando superávit corrente nos dois últimos exercícios.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL

Receita de Capital
Despesa de Capital

Através deste índice pode-se verificar a relação da Receita de Capital com a Despesa de Capital, ou seja, se a arrecadação das Receitas de Capital foi suficiente para cobrir os gastos desta categoria econômica.

TABELA 061 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2010		2011	
Receita de Capital	=	2.242.202		2.938.663	
Despesa de Capital		6.518.690	0,34	6.585.620	0,45

Fonte: SIAFEM/RJ

O índice apurado indica que parte das Despesas de Capital vem sendo financiada pelas Receitas Correntes. Em 2011 para cada R\$ 1,00 de Despesas de Capital tivemos R\$ 0,45 de Receita de Capital, e em 2010, R\$ 0,34. Esta situação demonstra a insuficiência das Receitas de Capital para cobrir as Despesas de Capital, que conforme já dito anteriormente vem sendo financiada pelas Receitas Correntes.

A análise deste quociente também deve ser feita separadamente por numerador e denominador. No numerador, pode-se verificar que a receita de capital no ano teve um acréscimo de 31,06%, equivalente a R\$ 696.461 mil. No denominador, pode-se destacar que o montante das Despesas de Capital do exercício de 2011, na comparação nominal com o ano anterior, registrou um aumento de 1,02% correspondente a R\$ 66.930 mil.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA

Receita Extra-orçamentária

Despesa Extra-orçamentária

O quociente visa demonstrar o quanto da Receita Extra-orçamentária foi recebida em confronto com a Despesa Extraorçamentária paga. O índice ideal é 1 ou menor que 1, pois se for maior indica aumento da dívida flutuante, demonstrando uma situação negativa. Tem a finalidade, também, de demonstrar a relação entre a movimentação ocorrida durante o exercício, independente da execução do orçamento.

TABELA 062 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

DESCRIÇÃO		2010		2011		R\$ Mil
Receita Extra-Orçamentário	=	9.288.677	0,97	10.040.945	1,07	
Despesa Extra-Orçamentário		9.533.778		9.411.293		

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2011 o quociente mostra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Extraorçamentária, obteve-se R\$ 1,07 de Receita Extra-orçamentária apresentando um superávit de R\$ 629.652 mil. Em 2010 o resultado extra-orçamentário do Estado apresentou um déficit no valor de R\$ 245.101 mil.

QUOCIENTE DE RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Receita (Orçamentária + Extra-orçamentária)

Despesa (Orçamentária + Extra-orçamentária)

Através da apuração do quociente de resultado da execução financeira podemos verificar o déficit ou superávit financeiro. Se o indicador for maior que 1 temos superávit, se for menor do que 1 apurou-se déficit. Este quociente relaciona o somatório das entradas em confronto com o somatório das saídas ocorridas no exercício.

TABELA 063 - QUOCIENTE DE RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mil		
DESCRIÇÃO		2010		2011
Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária)	=	58.094.748	0,99	65.443.749
Despesa (Orçamentária + Extra-Orçamentária)		58.562.048		63.774.447

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2011 obteve-se um quociente de R\$ 1,03 o que indica que o desembolso financeiro ficou inferior as entradas de recursos. Em 2010 tivemos R\$ 0,99 de recursos financeiros para cada R\$ 1,00 de desembolso financeiro.

QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do Exercício Anterior

Este quociente demonstra se houve aumento ou diminuição no saldo do disponível. Se o resultado do quociente for maior do que 1, será considerado positivo indicando um aumento no saldo disponível, já o quociente sendo igual a 1, será considerada uma situação estável sem alteração das disponibilidades, se for menor do que 1, será considerado negativo, indicando uma diminuição no saldo do disponível.

TABELA 064 - QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2011

		R\$ Mil		
DESCRIÇÃO		2010		2011
Saldo p/ o Exercício Seguinte	=	6.452.039	0,93	8.121.342
Saldo p/ o Exercício Anterior		6.919.339		6.452.039

Fonte: SIAFEM/RJ

O índice apurado em 2011 nos mostra que existe R\$ 1,26 de disponibilidade que passa para o exercício seguinte, para cada R\$ 1,00 de disponibilidade vinda do exercício anterior, Em relação a 2010 houve uma melhora de desempenho tendo em vista que esse índice foi de 0,93.

4.44. RESULTADOS DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2011 foi de R\$ 1.669.302 mil que em comparação ao ano anterior apresentou um acréscimo de 457,22%. Este acréscimo pode ser verificado quando da análise dos fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do governo ao longo do período, por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras.

TABELA 065 – RESUMO DO FLUXO DE CAIXA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2010/2011

	R\$ Mil	
Geração Líquida de Caixa	2010	2011
CAIXA INICIAL	6.919.339	6.452.039
Incremento de Caixa	(467.300)	1.669.302
CAIXA FINAL	6.452.039	8.121.342

Fonte: SIAFEM/RJ

A composição deste incremento é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 066 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA SINTÉTICO – METODO DIRETO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2010/2011

FLUXOS	2010			2011		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	87.556.543	84.106.123	3.450.419	106.078.229	100.958.483	5.119.746
Investimentos	946.966	4.932.155	(3.985.190)	1.667.162	4.758.440	(3.091.278)
Financiamentos	1.295.237	1.227.766	67.471	1.271.501	1.630.667	(359.165)
Total	89.798.745	90.266.045	(467.300)	109.016.892	107.347.590	1.669.302

Fonte: SIAFEM/RJ

O fluxo líquido das atividades operacionais gerou um incremento de caixa no montante de R\$ 5.119.746 mil. Esta atividade evidencia que o Governo gerou caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos.

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário em R\$ 3.091.278 mil, porém, conforme ocorrido no ano anterior foi compensado com o desempenho positivo dos fluxos operacionais.

Apesar de apresentar resultado deficitário, demonstra que o Governo conseguiu manter sua capacidade de investimentos verificada no exercício de 2010 evidenciando um aumento na alocação de recursos na prestação de serviços públicos em investimentos e ainda apresentou aumento das operações de crédito em relação ao ano anterior.

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 359.165 mil, também compensados com o desempenho positivo dos fluxos operacionais. Em decorrência dos empréstimos contratados em 2011 e em anos anteriores, ocorreram desembolsos ao longo do ano da ordem de R\$ 1.630.549 mil.



05 – Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184/08 – Diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL Nº 665/2010 - Atualiza os Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) e nº 20 (Demonstração do Resultado Econômico) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL Nº 406/2011 - Aprova as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI - Perguntas e Respostas e VII - Exercício Prático, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL Nº 828/2011 - Altera o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras providências.

Art. 7º As Partes IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público deverão ser adotadas pelos entes, de forma facultativa, a partir de 2012 e, de forma obrigatória, a partir de 2013."

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – apresenta interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a ótica do setor público



RESOLUÇÕES CFC SOBRE AS NBC T 16

Resolução CFC nº 1128/2008	NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.
Resolução CFC nº 1129/2008	NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis.
Resolução CFC nº 1130/2008	NBC T 16.3 - Planej. e seus Instrumentos sob Enfoque contab.
Resolução CFC nº 1131/2008	NBC T 16.4 - Transações no Setor Público.
Resolução CFC nº 1132/2008	NBC T 16.5 - Registro Contábil.
Resolução CFC nº 1133/2008	NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis.
Resolução CFC nº 1134/2008	NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis.
Resolução CFC nº 1135/2008	NBC T 16.8 - Controle Interno.
Resolução CFC nº 1136/2008	NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão.
Resolução CFC nº 1137/2008	NBC T 16.10-Aval. e Mens. Ativos e Passivos Ent. Setor Publ
Resolução CFC nº 1268/2009	Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6
Resolução CFC nº 1366/2011	NBC T 16.11- Sist.de Informação de Custos do Setor Público



06 – Considerações Finais

Apresentando a Prestação de Contas de Gestão do Exmo. Senhor Governador referente ao exercício de 2011, e cumprindo atribuição privativa desta Contadoria-Geral do Estado – CGE chegamos ao momento em que os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e exatidão as quais buscamos incessantemente, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o Exercício, além de registrar e preservar a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa, por parte de vários setores de nossa sociedade.

Mais uma vez enaltecemos a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Contadoria-Geral do Estado, o qual facilita nosso objetivo que foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no desempenho desta atribuição, e, para tanto, realizamos, através da Escola Fazendária, treinamento específico para os servidores e implementamos vários mecanismos de controle que possibilitassem melhorar a qualidade das informações contábeis .

Em especial, no ano de 2011 iniciamos efetivamente nossos trabalhos visando a Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Setor Público. O Decreto Estadual nº 43.092, de 21 de julho de 2011, cria o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio de Janeiro – GTCON-RJ, com o objetivo de promover ações para:

I - a revisão de rotinas operacionais e de controle dos atos e fatos praticados no âmbito da gestão pública estadual no sentido do fornecimento de informações para o adequado atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP no Estado do Rio de Janeiro;

II - a adequação ou implantação de sistemas informatizados de gestão dos bens, dos créditos tributários e não tributários, da arrecadação, das obrigações e demais controle dos fatos que afetam o patrimônio público estadual;

III- a conversão do Plano de Contas Único do Estado ao novo modelo de Plano de Contas Aplicável ao Setor Público - PCASP;

IV- a adaptação da Tabela de Eventos Contábeis ao novo modelo de Plano de Contas Aplicável ao Setor Público - PCASP;

V- a revisão e reformulação das rotinas operacionais e de registro contábil a serem desenvolvidas no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/RJ ou outro que venha a substituí-lo; e

VI - a adequação dos Balanços, Demonstrativos e Anexos previstos nos manuais e demais normas contábeis aplicadas ao setor público.



O GTCON-RJ conta com a participação de profissionais de diversas áreas do Estado, tais como orçamento, finanças públicas, patrimônio e, é claro, da área contábil e controle de diversos órgãos e entidades do Estado inclusive do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o que muito nos honra, trazendo também, a certeza de um resultado satisfatório.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente participaram desta jornada, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, pelo enorme apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporciona.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012.

FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS

Contador-Geral do Estado